

Império Bizantino

ário Franco Jr. e
y de Oliveira Andrade F^o



tudo é história

107



brasiliense

Copyright © Hilário Franco Jr. e Ruy de Oliveira Andrade
Filho

Responsável editorial:
Lilia Moritz Schwarcz

Capa:
"O Todo-Poderoso", mosaico do séc. XI.

Revisão:
Márcia Takeuchi
Elisabeth Tasiro



Editora Brasiliense S.A.
R. General Jardim, 160
01223 — São Paulo — SP
Fone (011) 231-1422

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	7
<i>As estruturas religiosas</i>	12
<i>As estruturas políticas</i>	32
<i>As estruturas econômicas</i>	48
<i>As estruturas sociais</i>	63
<i>As estruturas culturais</i>	76
<i>O legado de Bizâncio</i>	92
<i>Conclusão</i>	96
<i>Indicações para leitura</i>	99

INTRODUÇÃO

Ao se pretender dar uma visão geral, simples mas rigorosa, do Império Bizantino, o primeiro problema que se coloca é quanto ao seu próprio nome. De fato, é essencial lembrar que "bizantino" não tem conotação étnica, mas civilizacional, correspondendo aos indivíduos de fala grega (ainda que seu idioma materno fosse outro) e religião cristã ortodoxa. Assim, tal grupo de indivíduos (racialmente gregos, egípcios, asiáticos, semitas, eslavos) variou ao longo da história bizantina, conforme as alterações territoriais e/ou religiosas ocorridas no império. Por exemplo, grande parte da população do Egito e da Síria, grupo humano dos mais importantes nos primeiros séculos da vida de Bizâncio, ao ser submetida pelos árabes muçulmanos, mudando conseqüentemente seu idioma e sua religião, perdeu a condição de bizantino. Ou melhor, de *rhomaioi* ("romanos"), pois eles assim se consideravam. De fato, o termo

“bizantino” foi vulgarizado apenas a partir do século XVI, depois do desmembramento do império, que em vida se via como herdeiro e continuador do Império Romano.

Num certo sentido isso era verdadeiro, pois aquilo que se tornou conhecido por Império Bizantino era na origem o Império Romano do Oriente (Grécia, Egito, Síria-Palestina, Mesopotâmia, Ásia Menor). E realmente, como Roma, Bizâncio uniu através de uma língua e uma determinada maneira de sentir e de pensar, povos que nada tinham de comum entre si. Como os antigos gregos e romanos, os bizantinos consideravam-se os únicos habitantes do mundo civilizado, rotulando de bárbaros todos os que não partilhavam de sua cultura. Contudo, ao longo de sua extensa história, de 330 a 1453, aquele Estado foi aos poucos mesclando suas raízes latinas com os elementos greco-orientais há muito enraizados naqueles territórios, surgindo assim uma civilização nova, original, com personalidade própria. Por isso mesmo, suas relações com o Ocidente medieval sempre foram difíceis. A língua grega, uma vida material faustosa, uma cultura refinada, a concepção de um imperador visto como vice-rei de Deus, eis alguns dos elementos inconcebíveis para os ocidentais e que os afastava dos bizantinos.

Mesmo aquilo que poderia ser o grande ponto de contato, acabou por os isolar irremediavelmente: o cristianismo. Elemento central nas duas civilizações, a religião era vista, professada, sentida, de maneiras diferentes. Para os orientais, sempre mais es-

peculativos, herdeiros das antiquíssimas religiões egípcio-mesopotâmicas e da filosofia grega, o cristianismo era ao mesmo tempo fonte de sentimento e de reflexão. Por isso envolvia a todos: a palavra grega “igreja” tinha lá seu sentido literal, de comunidade, significando o conjunto dos fiéis, mortos e vivos. Para os ocidentais, de espírito mais pragmático, por muito tempo a religião foi vista como uma espécie de prática mágica, que não poderia ser objeto de estudo e debates. Dai para eles Igreja designar a hierarquia sacerdotal, o grupo de pessoas que monopolizava a comunicação e a negociação (fertilidade, saúde, riqueza, vitória, salvação) com Deus.

Contudo, os ocidentais não podiam deixar de se espantar diante do esplendor de Constantinopla. Revelando surpresa, o cronista francês participante da Quarta Cruzada confessou: “não creio que nas 40 cidades mais ricas do mundo houvesse tantos bens como se encontraram em Constantinopla”. De fato, a velha colônia grega de Bizâncio, criada no século VII a.C., fora refundada em 330 e tornada capital pelo imperador Constantino devido à sua excepcional localização. Colocada entre a Europa e a Ásia, todo o trânsito do mar Negro para o mar Mediterrâneo obrigatoriamente deveria passar por ali. Estrategicamente, a cidade também era privilegiada, apresentando condições naturais que facilitavam sua defesa.

Assim, não é de se espantar que Constantinopla tenha provavelmente se aproximado de um milhão de habitantes (no mesmo momento em que Roma ou Paris não passavam de 20 000) e tenha sido por sé-

Bizâncio: elo do passado

culos um dos maiores centros urbanos do mundo. Aí a atividade cultural era naturalmente intensa, e o Ocidente apesar de seus preconceitos e resistências acabou absorvendo muito da cultura bizantina. Por exemplo, até o século XII a arte ocidental seguiu, às vezes muito de perto, modelos bizantinos, como na igreja que Carlos Magno mandou erguer em Aix-la-Chapelle ou na catedral de São Marcos, em Veneza. Inúmeras vezes, em quase toda Europa, igrejas, mosteiros, palácios, estátuas, pinturas, iluminuras, foram inspiradas na produção artística de Bizâncio. O direito romano, que a própria Itália esquecera durante a Alta Idade Média, foi redespertado no Ocidente através da compilação e sistematização que dele mandara fazer o imperador bizantino Justiniano. A rica filosofia grega penetrou na Europa cristã graças a Bizâncio, indiretamente no caso de Aristóteles (por intermédio dos muçulmanos ibéricos), diretamente no de Platão. A ciência da Antiguidade, esquecida por longo tempo pelos cristãos ocidentais, seguiu o mesmo caminho. Enfim, Bizâncio forneceu o material indispensável para que a Europa — sobretudo a Itália, por sua proximidade geográfica e suas relações mais freqüentes com os bizantinos — produzisse o Renascimento dos séculos XV-XVI e com ele entrasse na Modernidade.

Procurando examinar o significado histórico de Bizâncio, e não simplesmente o desenrolar linear de seus fatos, cada capítulo deste livro corresponde a uma das estruturas básicas da vida do império. Claro está, que tal divisão é apenas formal, visando uma

melhor compreensibilidade da realidade histórica bizantina. Desta forma, deve-se ter sempre em mente — e em função disso há propositalmente repetições de um capítulo para outro — que na verdade todas aquelas estruturas não existiam de maneira isolada. Apenas a articulação entre elas nos permite entender de forma adequada o que foi o Império Bizantino.

AS ESTRUTURAS RELIGIOSAS

Indiscutivelmente, o homem, e portanto a História, é uma globalidade, com suas atividades, anseios, necessidades, sentimentos, existindo uns em função dos outros, formando um todo. Assim, qualquer análise centrada sobre a economia, a política, a cultura ou outra manifestação humana, decorre apenas de uma necessidade metodológica. Contudo, cada sociedade parece, dentro de sua totalidade histórica, enfatizar um de seus elementos constitutivos, que funciona então como articulador do conjunto.

No caso do Império Bizantino, tal fator sem dúvida era a religião, que fornecia a fundamentação do poder imperial, a motivação básica e a justificativa da política exterior, os temas e o significado da produção cultural. Era ela que absorvia parte considerável dos recursos econômicos, que determinava o cotidiano dos indivíduos do nascimento à morte. Mais do que isso, o Império era — daí sua importância e

sua razão de ser — uma antecipação do Reino dos Céus, uma cópia imperfeita mas que preparava os homens para Aquele. Para tanto deveria ser justo e crente, mas, e assim os bizantinos explicavam o fracasso político do império, como ele fora dominado pelo pecado, Deus puniu essa cópia terrestre que se afastara demais do modelo celeste, destruindo-a.

Essa importância central da religião fica demonstrada por três fatores: a extensão e influência das estruturas eclesiais, a intensa e exaltada espiritualidade popular, as inúmeras controvérsias teológicas com pesados desdobramentos políticos e sociais. No primeiro caso, o papel desempenhado pela hierarquia clerical na vida do império dependia muito da figura de seu chefe, o patriarca de Constantinopla. Contudo, desde suas origens ele esteve intimamente ligado ao poder imperial. Já em 381, no Segundo Concílio Ecumênico, por pressão do imperador estabeleceu-se que “por ser a Nova Roma, o bispo de Constantinopla receberá as honras logo a seguir ao bispo de Roma”. Isto é, por sua posição política a diocese da nova capital ganhava primazia sobre as de Alexandria, Antioquia e Jerusalém, apesar destas terem sido fundadas por apóstolos. Assim, ao contrário do que ocorria no Ocidente, onde a ausência de uma força política permitia ao Papado desenvolver-se como um poder independente, em Bizâncio o Patriarcado desde seu início esteve atrelado ao imperador.

Este fazia a própria escolha do patriarca a partir de uma lista tríplice elaborada por um sínodo, mas

freqüentemente acabava por indicar um quarto nome, totalmente de sua confiança. Em função disso, algumas vezes foram indicados laicos, que ocuparam o mais alto posto da hierarquia eclesiástica sem jamais terem anteriormente feito parte dela. Mas tal intervenção dos soberanos nos negócios da Igreja era considerada legítima, mesmo porque, como nos conta um cronista do século XII, eles se julgavam "os intérpretes infalíveis das coisas divinas e humanas, certos de que nessas matérias não são inferiores a ninguém, apresentando-se como intérpretes, juizes e definidores dos dogmas".

Completava-se assim a fusão tipicamente bizantina entre o temporal e o espiritual: o imperador, como sabemos, reunia em si as duas atribuições, e o mesmo deveria então ocorrer com o segundo personagem do Estado, o patriarca. De fato, este, além de possuir a suprema jurisdição em matéria eclesiástica, com suas sentenças criando jurisprudência, assessorava o imperador mesmo em questões temporais. Desde o século V, quando não havia imperador ou imperatriz vivos para coroar o sucessor, isso era feito pelo patriarca. No caso de minoridade do imperador, o patriarca era figura obrigatória no conselho de regência, a que muitas vezes presidia. Ainda que de maneira geral ao longo da história bizantina ele tenha permanecido numa posição secundária em relação ao imperador, o patriarca podia, e o fez algumas vezes, discutir e criticar atos do governo, impor penitências ao soberano, interditar-lhe os ofícios religiosos e até excomungá-lo. Mesmo um código im-

perial de fins do século IX reconhecia que "o patriarca é a imagem viva de Cristo". Por tudo isso, a concórdia entre o imperador e o patriarca era vista como condição básica para o bem-estar espiritual e material dos bizantinos.

Abaixo do patriarca na hierarquia clerical havia, no século X, perto de seis centenas de bispos e arcebispos, que por sua vez controlavam milhares de párocos. O valor moral e cultural daquele vasto corpo episcopal naturalmente variou conforme as épocas e os locais do Império Bizantino. Algumas vezes os patriarcas precisavam combater a não-residência, isto é, o hábito de certos bispos viverem em Constantinopla, visitando suas dioceses apenas esporadicamente, para receberem os rendimentos que gastavam mundanamente na capital. Como os bispos não podiam se casar (ao contrário dos párocos), a partir do século XII eles passaram a ser recrutados exclusivamente entre os monges, o que elevou seu nível moral mas baixou seu nível intelectual. De qualquer forma, os bispos estavam bem distanciados dos clérigos que nas cidades ou nas aldeias rurais viviam próximos aos fiéis, realizando os ofícios religiosos cotidianos. Divididos em várias ordens hierarquizadas (leitor, subdiácono, diácono, sacerdote, etc.), aqueles clérigos viviam na sua própria paróquia com mulher e filhos. Autorizados a se dedicarem a tarefas artesanais ou campesinas para complementar seus magros rendimentos, muitos deles acabaram-se voltando para atividades suspeitas (usura, jogo, hospedaria, prostituição) que de tempos em tempos os bispos procu-

ravam reprimir.

Em função disso, o prestígio do clero secular foi aos poucos decaindo e a popularidade do monasticismo se elevando: dos 120 patriarcas da história bizantina, 13 foram laicos, 51 clérigos seculares e 56 monges; poucos anos antes da queda do império, em Constantinopla existiam apenas 8 igrejas paroquiais mas 200 mosteiros. Na verdade, o estilo de vida monástico se revelara desde os primeiros tempos do cristianismo com eremitas que se isolavam para escapar às tentações mundanas e levar vida ascética. Foi por isso que no Oriente Médio vários desses indivíduos foram viver ou no deserto, ou em grutas ou em altas colunas construídas para esse fim. Os exageros e abusos, porém, levaram à organização de comunidades, nas quais se passava a valorizar a vida em grupo, disciplinada, e o trabalho. Por essa concepção, nascida no século IV com São Basílio (que influenciaria o modelo monástico ocidental, de São Bento, no século VI), os monges dividiam seu tempo entre as orações e o trabalho manual e intelectual.

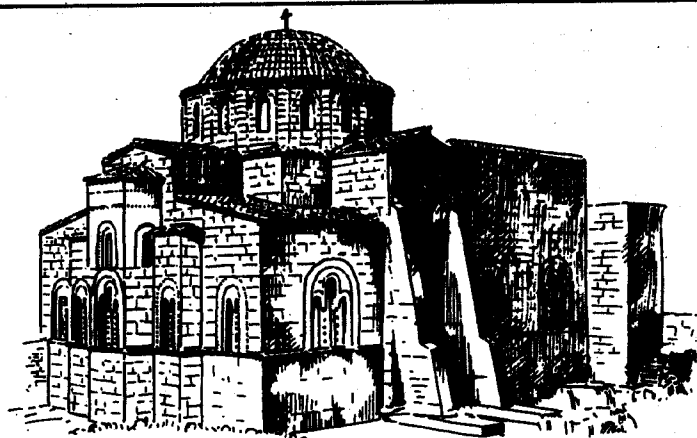
Esses princípios gerais foram depois completados e codificados pela legislação justiniana. Por esta, os monges deveriam renunciar aos seus bens particulares antes de ingressar no mosteiro, e as pessoas casadas precisavam obter o consentimento do cônjuge. Após um noviciado de três anos, faziam-se os votos definitivos de castidade, pobreza e obediência. A comunidade era dirigida por um abade eleito pela maioria dos monges e confirmado pelo bispo em cuja diocese o mosteiro se localizava. Comumente, apenas

poucos monges de cada comunidade tinham sido ordenados sacerdotes, mas o abade obrigatoriamente deveria sê-lo. Além dele, devia haver um certo número de monges sacerdotes no mosteiro para que os serviços religiosos fossem realizados regularmente. Em suma, para o bizantino o mosteiro oferecia a imagem de vida ideal, na qual se estava com Deus mas sem se deixar de ser útil aos homens. Era portanto a verdadeira vivência cristã, impossível de se ter plenamente no mundo. Contudo, a realidade histórica nem sempre correspondia a esse retrato idealizado: as inúmeras doações recebidas pelos mosteiros enriqueceram-nos de tal forma que em vários momentos os costumes foram-se relaxando e a vida santa foi substituída por uma bem mais mundana.

De qualquer forma, os monges eram imprescindíveis para a sociedade. De um lado, pois suas orações não se davam apenas em proveito próprio, mas intercediam junto a Deus para benefício de todos os homens. Daí a imperador Justiniano afirmar que "se essas mãos puras e essas almas santificadas rezam pelo império, o exército será mais forte, a prosperidade do império maior, a agricultura e o comércio mais florescentes". Geralmente, foram eles também que realizaram a evangelização dos vários povos da Europa Oriental, alargando a área de atuação da Igreja Ortodoxa e da influência exercida pela civilização bizantina. De outro lado, eles eram populares devido também ao fato da vida monástica ser a antítese da vida oficial, escapando à hierarquização que regia toda a sociedade bizantina. Escolhendo seu

próprio líder e as regras de sua comunidade (respeitadas as determinações mais amplas da legislação), o monge é, de todos os pontos de vista, "um anarquista" (Ducellier). Cioso de sua independência tanto em relação ao poder eclesiástico quanto ao imperial, modelo de pureza e de religiosidade apaixonada, o monge era sem dúvida a personagem mais popular da sociedade bizantina. Mesmo depois da queda do império, o papel dos monges continuou importante na preservação da civilização bizantina, de cuja religião e arte eles foram os maiores continuadores.

Tal se devia, sobretudo, ao fato de os monges se identificarem com a religiosidade popular, com a espiritualidade vivida e sentida pela maior parte da população do império. Isto é, com o sentimento religioso que tocava diretamente o bizantino comum, distanciado de sutilezas teológicas dominadas apenas por uma elite clerical e intelectual. A Igreja Bizantina esteve quase sempre ao longo de sua história mais próxima dessa religiosidade popular do que ocorria com a Igreja Ocidental. Em Bizâncio não havia preocupação em se estabelecer rigidamente uma teologia a ser seguida por todos os cristãos. Pelo contrário, havia uma certa tolerância, deixando um espaço de manobra dentro do qual cada indivíduo escolhia seu caminho para a Salvação. Por isso mesmo, as controvérsias religiosas eram ali apaixonadamente discutidas e não raro geravam violência e repercutiam de forma ampla na vida do império. De qualquer maneira, a religiosidade bizantina era viva, intensa, sem grandes fossos separando-a da elite cle-



Dafni, Grécia, Igreja do mosteiro, 1080.



Mosaico, descida ao limbo, séc. XI, Igreja de Dafni, Grécia.

rical, como aconteceu em boa parte da história do Ocidente medieval.

Na sua essência, a mentalidade cristã bizantina esteve voltada para a questão da Graça, da relação direta com Deus, isto é, caracterizava-se por um acentuado sentimento de presença do sagrado entre os homens. Para os bizantinos, a idéia de que "Deus se fez homem para que o homem possa se tornar Deus" era algo concreto e ansiosamente perseguido. Assim, buscava-se a fusão do material e do espiritual (idéia presente no Ocidente apenas a partir do século XII), o que se refletiu, por exemplo, na concepção de um Estado que era uma organização celeste na Terra. Um bizantino do século XII sintetizou a questão dizendo que "não se pode chamar homem, separadamente, nem à alma nem ao corpo; é juntos que eles constituem a imagem de Deus". Por isso mesmo, nem as festas públicas (como a comemoração da fundação de Constantinopla ou a coroação de um imperador) nem as privadas (como os aniversários, festejados no dia do nascimento da pessoa e no dia do santo cujo nome adotara) tinham caráter exclusivamente laico.

Essa constante presença do sagrado na vida humana transparece na liturgia ("serviço público) bizantina, que muito mais que a latina revive o Evangelho. De fato, através dela recuperam-se fatos da História Sagrada, dramatizados, teatralizados, para cada fiel descobrir a própria verdade através da ação que ele vê ser representada. Daí a falta à missa por três domingos seguidos acarretar a pena de exco-

munhão para os leigos e de deposição para os clérigos. Isso porque, na verdade, a liturgia não é apenas representação, mas atualização, renovação do fato, portanto presença objetiva da Divindade. Por exemplo, a celebração do Natal não é somente uma comemoração do nascimento de Cristo, mas Ele realmente nasce com o rito. Ou seja, pelo mistério da liturgia o cristão é colocado no tempo dos acontecimentos bíblicos, vive-os como testemunha ocular. Nesse sentido trabalha também a arquitetura das igrejas ortodoxas, com a imensa cúpula representando o céu, onde se coloca em pintura ou mosaico o Cristo Pantocrator (ou seja, Todo-Poderoso) observando seus fiéis.

Todo o ritual, utilizando cores e riquezas em profusão, é acompanhado por cânticos, numa atividade destinada a falar não à razão dos fiéis, mas aos seus sentimentos. E sem dúvida atingia seus objetivos, como testemunham os emissários de um príncipe russo falando dos ofícios religiosos assistidos por eles na catedral de Santa Sofia: "não sabemos se estivemos no Céu ou na Terra, pois seguramente não há tal esplendor ou beleza em parte alguma na Terra. Não podemos descrevê-lo a vós; só sabemos que Deus mora lá entre os homens e que o culto que eles rendem ultrapassa o modo de adorar de todos os outros lugares. Não podemos esquecer tanta beleza". O mesmo devia acontecer nos inúmeros templos de todo território bizantino: só em Constantinopla, segundo um judeu ocidental que a visitou no século XII, havia uma igreja para cada dia do ano.

Mas a melhor expressão da cotidiana presença divina entre os homens estava no fervoroso culto bizantino às relíquias e nos milagres por elas produzidos. As relíquias — pedaços de corpos santos ou objetos que tinham tido contato com eles — existiam em Bizâncio em tal quantidade que causavam admiração e inveja aos ocidentais. Aliás, quando do saque que os cruzados realizaram em Constantinopla em 1204, dentre as riquezas mais cobiçadas e levadas para o Ocidente estavam as relíquias. Realmente, a variedade que delas possuíam os bizantinos era espantosa: de Cristo tinham os cueiros, a camisa, a faixa, o cinto, as sandálias, a túnica, o sudário, uma garrafa com seu sangue, a cruz, os pregos, a coroa de espinhos, a lança. Possuía-se até mesmo a bacia na qual Ele tinha lavado os pés dos discípulos e a toalha que usara para os enxugar. E também os cestos dos pães por Ele multiplicados e mesmo uma carta assinada por Ele próprio. Da Virgem tinha-se uma garrafa com seu leite, a túnica, a cinta e o manto. De inúmeros santos havia fragmentos espalhados por todo império: de João Batista a cabeça, um dente, um dedo, de São Paulo e São Mateus as cabeças, de São Simão o joelho, de São Pedro a tíbia, de São Estevão a mão direita, de São Tiago um braço...

A importância da maioria dos mosteiros decorria em grande parte do fato de abrigarem relíquias, que por sua simples presença sacralizavam aquele espaço e seus habitantes, os monges. Daí as frequentes peregrinações àqueles mosteiros, que ganhavam desta forma riqueza e prestígio. Por isso, a morte de

um eremita de vida santa produzia novas relíquias e a construção de um novo mosteiro para abrigá-las. Diante desse papel que as relíquias desempenhavam na mentalidade bizantina, não é de se estranhar que quando no curso de uma invasão, em 615, os persas se apossaram da Cruz Sagrada, para os bizantinos aquela luta ganhou aspecto de guerra santa e não cessou até recuperarem o objeto sagrado 14 anos depois. Pela mesma razão, o roubo de relíquias realizado pelos europeus em 1204 afastou irreversivelmente Bizâncio do Ocidente. Os monges, antigos possuidores de boa parte daquelas relíquias, tornaram-se os maiores inimigos de qualquer idéia de reaproximação com os ocidentais.

Todo esse valor dado às relíquias devia-se à função protetora que elas exerciam, ajudando com seus milagres não apenas aos bizantinos individualmente, mas garantindo a própria sobrevivência do império. Foi uma imagem santa da Virgem, defensora de Constantinopla, que em procissão pelas muralhas da cidade impediu que os persas e os ávaros a invadissem em 626, os árabes em 677 e 717. O mesmo tipo de milagre fez um véu da Virgem ao frustrar um ataque russo em 860. Às vezes, essas interferências sobrenaturais na vida do império podiam ser manobradas pelos homens. No século XII, no início de uma guerra contra os húngaros, ocorreu um mau presságio. No fórum de Constantinopla havia duas estátuas de mulheres, uma húngara, outra grega, tendo esta misteriosamente desmoronado enquanto aquela continuava de pé. Para alterar o resultado do

prodígio, o imperador Manuel Comneno mandou imediatamente levantar a estátua grega e derrubar a húngara. Essa providência produziu bons frutos, pois logo a guerra terminou através de negociações diplomáticas bastante favoráveis ao Império Bizantino.

Esse clima de forte sobrenaturalidade, de constante comunicação com as coisas do Além, levou os bizantinos à prática de diversas formas de adivinhação. Buscando saber o que a Vontade Divina lhes reservava, eles recorriam especialmente à astrologia e à interpretação de sonhos. Também eram praticadas as bibliomancia, ou seja, a abertura da Bíblia ao acaso, interpretando-se a passagem encontrada de acordo com as dúvidas atuais do consulente; a "leitura" do vôo das aves, que pela sua altura, direção e duração indicavam acontecimentos futuros; a *alektryomancia*, isto é, o método de se escrever as 24 letras do alfabeto na areia, colocando grãos de cereais sobre elas e soltando um galo que ao picar determinadas letras dava as indicações desejadas. Das práticas mágicas passivas, de consulta às forças sobrenaturais, para as práticas ativas, de utilização daquelas forças para benefício próprio ou prejuízo de inimigos, a distância era de apenas um passo. Portanto, a magia sob formas variadíssimas logo se tornou comum entre os bizantinos, apesar de a Igreja impor a seus praticantes cinco anos de privação dos sacramentos e o Estado em alguns casos condená-los à morte.

Nesse quadro de grande influência político-so-

cial do clero e intensa religiosidade popular, é que se deve colocar as freqüentes e acirradas controvérsias teológicas. Para os ocidentais, sempre de espírito mais prático, os acalorados debates dos cristãos orientais sobre assuntos religiosos pareciam mero pasatempo, uma "discussão bizantina", segundo a expressão pejorativa que indicava a futilidade (do ponto de vista ocidental) daqueles debates. Muitas vezes, porém, tais disputas tiveram profundas repercussões sobre os rumos tomados pelo Império Bizantino. Não sendo possível aqui acompanharmos as complexas sutilezas teológicas e todos seus desdobramentos históricos, vamos nos limitar a lembrar um ou outro desses debates e seus reflexos nas relações Bizâncio-Occidente.

O ponto de partida de tais divergências eram as inúmeras questões teologicamente mal esclarecidas pelas Escrituras. Na busca de uma interpretação consensual, reuniram-se de 325 a 787 Sete Concílios Ecumênicos, com representantes de todas Igrejas cristãs. Contudo, o pano de fundo de tais debates foi a rivalidade entre as sés episcopais do Oriente, que pediam o arbítrio de Roma, mas com aquelas que tinham seu ponto de vista derrotado negando então ao papa autoridade para tal decisão. Como Constantinopla foi aos pouco firmando sua preeminência no Oriente, suplantando as rivais Alexandria, Antioquia e Jerusalém, acabou por se colocar frente a frente com Roma na disputa pela liderança sobre o mundo cristão. Nesse contexto, cada heresia — divergência doutrinal, ou seja, rejeição de um dogma aceito pela

Igreja através dos concílios — ganhava forte conotação política.

Foi assim, por exemplo, com o monofisismo. No século V um patriarca de Constantinopla, Nestorio, defendeu a doutrina segundo a qual em Cristo as naturezas humana e divina estavam separadas, vendo na Encarnação uma humanização quase total de Cristo, daí não aceitar que se chamasse a Virgem de Mãe de Deus. Contra isso levantou-se a sé rival de Alexandria, caindo no exagero oposto, que proclamava a união quase completa das duas naturezas, praticamente negando o caráter humano do Filho, e portanto vendo-O com uma só natureza, daí o termo monofisismo. Num primeiro momento, o nestorianismo foi condenado como herético, mas depois o monofisismo também.

Na tentativa de encontrar um meio termo e pacificar Bizâncio, o imperador Zenão lançou a doutrina conhecida por Henoticon, procurando reaproximar aquelas duas correntes através de fórmulas vagas e conciliadoras. Sua tentativa apenas descontentou a todos. O Egito e a Síria não quiseram negar o monofisismo, descontentes com as determinações de Constantinopla e por isso século e meio depois aceitaram sem resistência o domínio árabe. Mas sua religião não desapareceu totalmente, e ainda hoje existem Igrejas monofisistas no Egito, Armênia, Etiópia e Índia. Os nestorianos, por sua vez, refugiaram-se nos domínios do rei persa, alcançaram a China, trabalharam como missionários entre os mongóis (onde Marco Polo os encontraria no século XIII) e

Monofisismo

ainda hoje encontram-se na zona fronteira Turquia-Iraque-Irã-URSS. O papa, também descontente com a intervenção do imperador em questão religiosa, mas não se sentindo forte para puni-lo, excomungou o patriarca de Constantinopla. Era o primeiro cisma (ou seja, afastamento, separação) entre Roma e Bizâncio. Se mais ou menos 50 anos depois, no começo do século VI, o imperador Justiniano abandonou o Henoticon, foi apenas pensando que o fato facilitaria suas conquistas no Ocidente. Mas as relações com Roma continuaram difíceis, tanto que em 545 o papa foi seqüestrado, levado para Constantinopla e pressionado a aceitar o ponto de vista imperial. Tal fato, aliás, repetiu-se um século depois com outro papa sendo seqüestrado e morrendo exilado em território bizantino.

Muito mais sério, porém, para os destinos do Império Bizantino e suas relações com o Papado foi o movimento iconoclasta. Este representou a negação da validade dos ícones, imagens pintadas ou esculpidas de Cristo, da Virgem e dos santos. Na verdade, mais do que simples imagens, os ícones são "uma revelação da eternidade no tempo", a comprovação da própria Encarnação, a lembrança de que Deus tinha-se revelado ao homem e por isso é possível representá-Lo de forma visível. Em 726, contudo, o imperador Leão III, motivado por razões religiosas e políticas, decretou que a adoração de imagens era idolatria e desencadeou por todo o império uma sistemática destruição dos ícones. Por um lado, isso expressava o pensamento de uma corrente que achava

Seqüestrado do Papa

incompatível a essência espiritualizada do cristianismo conviver com a materialização de personagens sagradas em pedaços de pano ou madeira. Por outro, demonstrava um certo descontentamento imperial com o crescente prestígio e riqueza dos mosteiros, principais possuidores e fabricantes de ícones. Esse poder de atração que fazia jovens vestirem o hábito monástico tirava do Estado soldados, marinheiros, camponeses e pagadores de impostos. Assim, a sinceridade das intenções religiosas de Leão III era reforçada pelo interesse imperial em limitar um poder monástico perigosamente crescente.

Contudo, a espiritualidade popular, profundamente crente no valor religioso dos ícones e na sua capacidade de realizar milagres, reagiu violentamente à determinação imperial. Quando a imagem de Cristo existente no portão do Palácio Imperial foi destruída, o funcionário encarregado da tarefa foi linchado pela população enfurecida. Mas a iconoclastia podia contar com o exército, em sua maior parte formado por elementos originários da Ásia Menor (como Leão III), onde o rigorismo e o puritanismo religioso eram maiores. Desta forma, o império se viu envolvido numa verdadeira guerra civil religiosa. Mesmo dentro da família imperial a questão não era incontroversa: regente diante da minoridade do filho, em 787 a imperatriz Irene reintroduziu o culto das imagens e para se manter no poder mandou mais tarde cegar o próprio filho. Destronada anos depois, um novo imperador pôde em 815 retomar a iconoclastia, mas logo foi assassinado. Como

as violentas perseguições não eliminavam o partido iconódulo (favorável aos ícones), em 843 um sínodo convocado pelo poder imperial finalmente restabelecia o culto das imagens.

O Império Bizantino, no entanto, saía dessa crise bastante desgastado interna e externamente. No primeiro caso, o poder imperial viu-se impotente para impor seu ponto de vista, o que fortaleceu a Igreja (sobretudo o segmento monástico) diante do Estado. No segundo, a oposição de Roma à iconoclastia levou o Papado a pedir auxílio ao reino germânico dos francos, e não a Bizâncio, para enfrentar a invasão dos lombardos. Como consequência disso, a partir de 768 não mais se pedia ao imperador que ratificasse a eleição de cada novo papa, cuja escolha era porém comunicada ao rei dos francos. Desta forma, muitos dos territórios italianos que o império ainda possuía foram perdidos. Também aí foi aberto o caminho para que meio século depois, no final do ano de 800, o rei dos francos Carlos Magno fosse coroado pelo papa como "imperador dos romanos". Apesar dos protestos bizantinos, o Império do Oriente até mesmo no plano teórico perdera qualquer preeminência sobre o Ocidente.

A partir de então esse afastamento acentuou-se, com qualquer divergência teológica servindo de pretexto para as reivindicações políticas de lado a lado. Assim foi trazida à tona uma antiga questão: os ocidentais tinham no século V modificado a tradicional fórmula "o Espírito Santo procede do Pai" acrescentando a expressão *Filioque*, isto é, "e do Filho". Mas

tal detalhe teológico não provocara maiores problemas até Carlos Magno insistir na sua utilização visando legitimar seu Império Ocidental ao acusar os bizantinos de terem suprimido o *Filioque*. Em 858, no contexto da rivalidade Roma-Bizâncio pela cristianização da Bulgária, o Papado invocou o “erro teológico bizantino” e a irregularidade da nomeação de um leigo, Fócio, como patriarca. Os bizantinos refutaram as acusações e ocorreu o chamado Cisma de Fócio, que rompeu temporariamente as relações entre as duas Igrejas.

Mais tarde, em 1054, como decorrência dessas relações envenenadas por má vontade e ciúmes tanto do Papado quanto do Patriarcado, ocorreram excomunhões recíprocas e assim o Cisma do Oriente. Desde então a unidade cristã estava quebrada, com uma Igreja Católica Romana encabeçada pelo papa e uma Igreja Ortodoxa Grega chefiada pelo patriarca. Na verdade, porém, o rompimento não era irreversível, tanto que pouco depois, em fins do século XI, quando na Primeira Cruzada, os ortodoxos pediram auxílio contra os muçulmanos e os católicos correram a prestá-lo. Mas os interesses político-econômicos ocidentais que levaram à ocupação de Constantinopla em 1204 definitivamente afastaram católicos e ortodoxos. Para estes, os ocidentais, capazes de saquearem com tal violência uma cidade cristã como Constantinopla, eram piores que os infiéis. Desta forma, as tentativas de união das duas Igrejas, uma no século XIII, outra no XV, foram apenas circunstanciais e sempre esbarraram em forte oposição da

população bizantina. Entende-se assim que o próprio comandante das forças bizantinas — diante da sugestão de buscar auxílio ocidental face ao perigo iminente da queda do império, que ocorreria logo depois — tenha declarado preferir ver em Constantinopla o turbante muçulmano que um chapéu cardinalício.

AS ESTRUTURAS POLÍTICAS

Também as concepções políticas de Bizâncio estavam intimamente ligadas à sua visão religiosa do universo. De fato, o imperador bizantino foi sempre visto pelo seu povo como um vice-Deus, uma manifestação visível da Divindade. Assim como Deus é o regulador da ordem cósmica, o imperador como Seu prolongamento humano deveria ser o regulador da ordem social. Logo, seus atos possuíam um caráter essencialmente sagrado. Na arte ele era representado por todo um simbolismo religioso: seus retratos, por exemplo, mostravam-no quase sempre com a auréola reservada aos santos e personagens divinas. O cerimonial que o cercava era pomposo, levando as pessoas a verem-no como um Deus vivo. Um ocidental que visitou a corte bizantina no século X deixou-nos a respeito um relato deslumbrado: "diante do imperador havia uma árvore feita de bronze dourado, cujos ramos estavam cobertos de pássaros feitos do

mesmo material, cantando de diversas maneiras, conforme suas espécies. Também o trono era feito com muita arte, de tamanho imenso, e estava guardado por leões de bronze ou de madeira coberta de ouro, os quais fustigavam o chão com a cauda e rugiam de boca aberta e mexendo a língua. Depois de me ter prostrado por três vezes em adoração ao imperador, levantei a cabeça e vi aquele que anteriormente tinha estado sentado a uma pequena distância do solo, agora com outra roupa e sentado próximo ao teto. Como isso foi feito não consigo imaginar, a não ser que ele tenha sido levantado por algum tipo de mecanismo".

O Império Bizantino era portanto um Estado autocrata. Ao deixar extensos poderes nas mãos do imperador, Bizâncio buscava uma fórmula de solução para sua conturbada história, mas isso foi, também, causa de muitas de suas crises. Realmente, nascido no contexto dos últimos tempos de um Império Romano de organização fortemente centralizada, Bizâncio desde seus primeiros momentos levava essa marca. Acentuando-a, havia a proximidade de territórios nos quais tradicionalmente o monarca era visto como figura divina. Ademais, a aceitação do cristinianismo pelo Estado fez do imperador um personagem com traços sagrados também para os cristãos. Desta forma, por contato com o Oriente ele se tornou desde o início do século VII *basileus*, isto é, aquele que dispõe de autoridade absoluta. Por influência do cristianismo tornou-se *isapóstolos*, quer dizer, igual aos apóstolos, portanto representante de

Deus.

Mas em princípio, o imperador era eleito pelo Senado, pelo Exército e pelo Povo de Constantinopla. Como, contudo, não havia uma regra sucessória claramente definida, ainda em vida o imperador coroava seu sucessor, para que ele não fosse depois contestado. Desta forma, na prática fazia parte do poder soberano do imperador escolher seu sucessor, que constitucionalmente os eleitores deveriam aclamar, o que quase sempre ocorreu. Várias vezes chegou-se mesmo a coroar mais de um co-imperador: no século X temos o caso de um *basileus* coexistindo com cinco outros imperadores. Porém só um deles exercia o poder, o *autocrator basileus*. Depois de escolhido, o imperador precisava ser coroado, pois esse ritual é que lhe garantia o caráter sagrado. Tal cerimônia acontecia, desde o século VII, na catedral de Santa Sofia. Quando não havia um imperador vivo para coroar aquele que seria seu sucessor, isso era feito pelo patriarca de Constantinopla.

Por três vezes na história bizantina, quando da morte de um imperador sem herdeiro designado, o poder foi exercido por uma mulher. A imperatriz podia, então, governar em nome próprio e escolher seu sucessor. Mais comum, porém, era a imperatriz ocupar o trono como regente de um imperador menor de idade. A partir do século X geralmente essa regência era ocupada por um representante do Exército, uma das forças que em teoria podia eleger um imperador e que na prática muitas e muitas vezes o sustentava. O Senado, assembléia essencialmente

aristocrática, teve certo poder apenas nos séculos VI e VII. Depois disso, ele quase sempre se limitou a referendar o imperador que estivesse no poder, e pouco influenciou até mesmo em períodos de regência. O patriarca, pelo contrário, constantemente fazia parte do conselho regencial.

Portanto, havia uma certa tendência a que o poder ficasse na mesma família, tendo existido dinastias que governaram por longos períodos como a dos Macedônicos por 192 anos (867-1059), a dos Comnenos por 104 (1081-1185), a dos Paleólogos por 192 (1261-1453). Contudo, a idéia de que o imperador era em última análise um escolhido de Deus, deixava aberta a porta para constantes golpes. Realmente, se um indivíduo conseguisse matar o imperador e assim tomar o trono, ele era visto como legítimo, pois se acreditava que só conseguira tal feito por ter a aprovação divina. O fracasso da tentativa, porém, pela razão inversa, era crime de lesa-majestade, punido rigorosamente. Logo, por causa daquela concepção, não é de se estranhar que dos 107 imperadores existentes, apenas 34 tenham tido morte natural, 8 na guerra ou por acidente, e todos os demais tenham sido violentamente destronados, assassinados ou mutilados. O trono estava aberto a todos, excluindo-se apenas os eunucos, homens castrados usados geralmente na guarda imperial justamente por sua impossibilidade de ter herdeiros; os cegos, por isso muitos destronados foram inutilizados dessa forma; os hereges declarados, pois devido ao caráter sagrado do imperador, a discordância religiosa era crime polí-

tico; as mulheres, com exceção daquelas que tomaram o poder como imperatriz ou regente, por estarem incapacitadas devido à impossibilidade de serem militares ou sacerdotes.

Aquele enorme poder imperial tinha apenas duas limitações estabelecidas pelo costume. A primeira era um juramento que o imperador deveria fazer quando de sua coroação, comprometendo-se a respeitar os decretos dos Sete Concílios Ecumênicos e os direitos e privilégios da Igreja. Por decorrência de seu poder sagrado, o imperador era a fonte de todo o direito, o único legislador, a "lei encarnada". Contudo, paradoxalmente, o Direito representava a outra grande restrição à autoridade imperial: esta gerava as leis, mas estava submetida a elas. Daí a grande importância dos códigos jurídicos bizantinos, especialmente do *Corpus Juris Civilis* organizado no começo do século VI por ordem do imperador Justiniano. Esse código foi resultado de uma compilação do velho direito romano, parcialmente cristianizado e adaptado às condições da época. Sua primeira parte ou *Codex Justinianus* reunia os editos imperiais desde o século II, complementados pelas *Novellae*, leis lançadas pelo próprio Justiniano. A parte conhecida por *Digesto* reproduzia seletivamente as opiniões de grandes juristas clássicos. Por fim, as *Institutiones* serviam como uma espécie de manual para estudantes, discutindo os princípios básicos, filosóficos, do Direito. Esse Corpus se tornou desde então a base jurídica de Bizâncio, sempre fundamentando e inspirando codificações dos séculos seguintes. O próprio

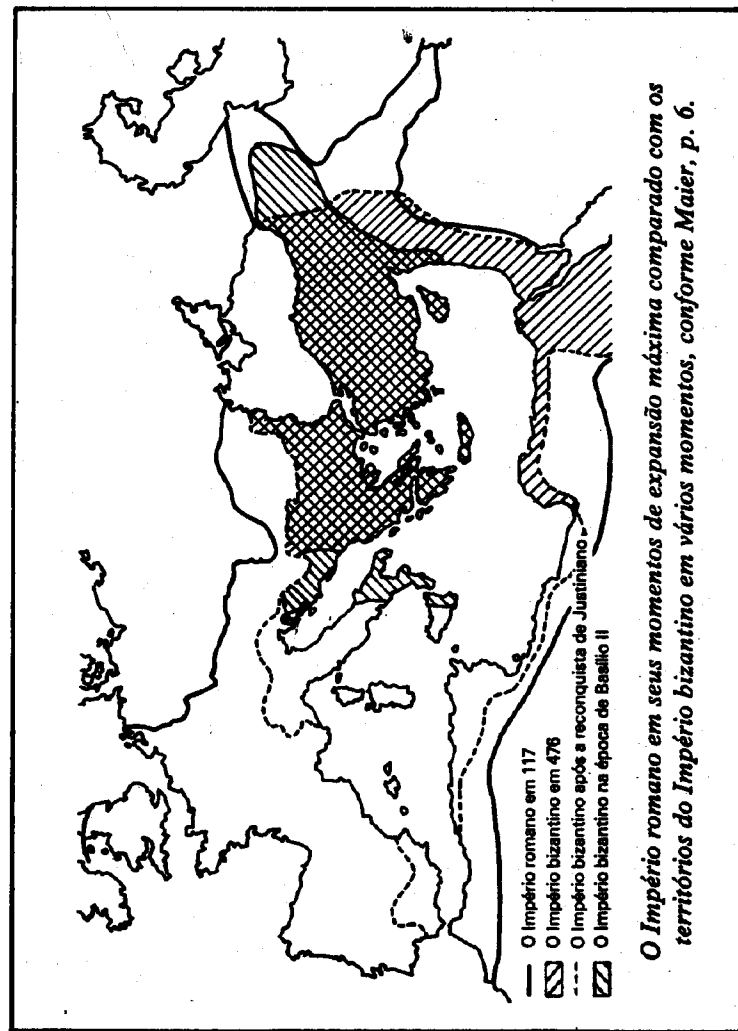
Ocidente redescobriria bem mais tarde, no século XII, o Direito Romano graças à compilação justiniana.

O Império Bizantino, como sabemos, reunia diferentes nacionalidades, e assim era preciso um aparelho administrativo bem montado para dar força e coesão àquele mosaico de povos e culturas. Em função disso enunciou-se a fórmula "um só senhor, uma só fé". Ou seja, como Deus atuava através dos anjos, o imperador fazia-o através de funcionários, permitindo a unidade terrestre que se deveria basear na do modelo celeste. Daí a vasta burocracia e sua rígida centralização nas mãos do imperador. Mais uma vez, Bizâncio encontrava nas suas próprias origens os elementos que lhe permitiriam satisfazer essa necessidade política e psicológica. De fato, o Império Romano, sobretudo seus territórios orientais que compoem o Império Bizantino, tinha forte tradição centralista e burocrática. Por isso, até o início do século VII o básico da administração bizantina foi fornecido pelas antigas instituições romanas. Inadequadas depois daquele momento, foram abandonadas e com elas o latim, que além de deixar de ser o idioma administrativo do Oriente, perdia também seu papel na religião e na cultura. Essa transformação não implicou, logicamente, na diminuição da importância de uma vasta burocracia, "armadura robusta que sustentou o Império Bizantino" (Diehl).

Naquela primeira fase, o sistema administrativo dividia o império em prefeituras, por sua vez formadas por dioceses e estas por províncias. O co-

mando de cada uma dessas unidades cabia, respectivamente, a um Prefeito Pretoriano, a um Vigário e a um Governador. Para impedir abusos, em todas essas circunscrições o poder civil estava separado do militar. No entanto, invasões estrangeiras em fins do século VI e começo do VII tornaram necessário um novo sistema. Em função disso, o imperador Maurício em certas regiões do império criou os exarcados, territórios cujos titulares, os exarcas, englobavam diversos poderes. O exarca podia atuar sobre as finanças, a justiça, as obras públicas, a defesa. Ele nomeava funcionários civis, militares e mesmo eclesiásticos. Era "um verdadeiro vice-imperador" (Bréhier).

O sucesso dessa experiência nas terras ocidentais do império levou a uma ampliação e aperfeiçoamento do sistema. Surgiam assim poucos anos depois, com o imperador Heráclio, os *themata*. Por tal regime, o império foi dividido em sete grandes áreas militares, aumentadas — para impedir desmandos por parte de seus chefes — para 25 no século IX e para 31 no X. Estas províncias eram de tamanho e importância desigual, com a de maior peso localizada na Ásia Menor em função de sua posição estratégica. À frente de cada *thema* estava um *estratego* com poderes militares e civis. As tropas instaladas nessas regiões recebiam hereditariamente lotes que cultivavam, criando um laço muito forte entre o exército e a terra defendida. Desta forma, cada um daqueles soldados-camponeses lutava com afincos por sua própria terra, protegendo todo o império de ma-



O Império romano em seus momentos de expansão máxima comparado com os territórios do Império bizantino em vários momentos, conforme Maier, p. 6.

neira muito mais eficiente que as caras e instáveis tropas mercenárias.

O imperador, naturalmente, mantinha-se como o Supremo Comandante, pois este era um de seus papéis essenciais. No entanto, o sistema de *themas*, bastante eficiente do ponto de vista militar, não deixou de trazer problemas políticos. De fato, a combinação de altos postos militares com a posse de grandes propriedades gerou uma poderosa aristocracia que aos poucos foi rivalizando com o poder imperial. Este estado de coisas levou mesmo em fins do século X a que um militar e latifundiário tomasse o poder interrompendo temporariamente a poderosa dinastia Macedônica. Da mesma forma, o imperador também se via muitas vezes em dificuldades para controlar sua extensa, custosa e geralmente corrupta burocracia. Noutros termos, se nenhum súdito bizantino punha em dúvida o caráter sagrado do imperador, isso não impedia que constantemente grandes burocratas, militares ou latifundiários fossem tentados a tomar o poder, sabendo que se tivessem sucesso seriam imediatamente aceitos por todos. Daí a contraditória estabilidade e instabilidade que a instituição imperial provocou ao longo da vida de Bizâncio.

A partir de suas funções tradicionais de chefe do Exército, da burocracia e, num certo sentido, da Igreja, o imperador passou a ser o símbolo natural de um novo sentimento que se desenvolvia entre os bizantinos desde o século VII. Isto é, a luta então começada contra os muçulmanos, que eram movidos pela religião e pela idéia de guerra santa, levou os

bizantinos a acreditarem estar guerreando pelo cristianismo, portanto, pela civilização. Eles passaram a se ver como um povo eleito, destinado a defender toda Cristandade, daí uma das razões da superioridade que sentiam frente ao Ocidente. Os bizantinos se tornavam um instrumento de Deus face aos infiéis. Nascia então, por oposição ao conceito islâmico de guerra santa, um verdadeiro "nacionalismo bizantino" (Ahrweiler). Ou seja, um vasto movimento que unia etnias diferentes frente a um inimigo comum: a solidariedade cristã confundia-se com a solidariedade política para gerar aquele nacionalismo. Como definiu um imperador da época, a guerra pela Cristandade tornava-se "uma virtude, e fonte de toda glória".

Ultrapassado o momento mais difícil no Oriente, o Império Bizantino no século IX voltou novamente os olhos para o Ocidente. De um lado, retomando as velhas idéias de reestabelecimento da unidade perdida em fins da Antiguidade com a divisão do Império Romano, cuja metade ocidental havia sido conquistada pelos bárbaros germânicos. De outro, porque ali um germano apoiado pelo papa usurpara o título imperial: Carlos Magno. A resposta a isso foi o redespertar do universalismo bizantino, a reafirmação dos direitos exclusivos do único império universal, do único e genuíno continuador do antigo Império Romano. Mas como a possibilidade de um domínio real sobre o Ocidente logo se revelou estar definitivamente ultrapassada, Bizâncio concentrou novamente suas forças nos Balcãs e no Oriente. A

política imperialista decorrente disso levou Bizâncio em meados do século XI a estender suas fronteiras do Eufrates e do Cáucaso à Itália, do Danúbio à Palestina.

O instrumento para essa obra benéfica a toda humanidade — obra conduzidora de povos em direção a Deus, que incumbira o império dessa tarefa — era uma “guerra justa”. Ou seja, que legitimava o imperialismo bizantino, na medida em que este representava a ampliação do Estado encarregado do Bem universal. Por isso, nas palavras de um código de leis do século IX, “a finalidade do imperador é manter e salvaguardar pela sua virtude os bens presentes, recuperar por sua ação vigilante os bens perdidos, adquirir por seu zelo, por sua aplicação e por suas vitórias justas os bens faltantes”. Essa visão de mundo e sua correspondente prática político-militar levou de meados do século X a meados do XI ao apogeu de Bizâncio, sem dúvida a grande potência mundial de então. O imperador podia, com razão, se ver como o pai de todos os soberanos, como “Cristo no meio dos apóstolos”.

A consequência inevitável disso foi o desenvolvimento da crença na superioridade bizantina em relação a outros povos. Mesmo búlgaros ou francos, reconhecidamente cristãos, mereciam expressões como “raça sem honra e sem dignidade”, “raça corrompida”, “raça bárbara”. Todos aqueles que não compartilhavam da concepção de vida dos bizantinos eram rotulados negativamente, e tratados de forma correspondente. Isso explica que Basílio II Bulga-

roctone (“matador de búlgaros”) tenha após uma vitória em 1014 mandado cegar 15 000 homens daquele povo. Significativamente, pelas leis bizantinas ter os olhos vazados era o castigo reservado aos que praticavam o crime de lesa-majestade. Isso quer dizer que os búlgaros foram considerados simples rebeldes contra seu soberano natural, o imperador bizantino. É importante lembrar que as leis imperiais consideravam qualquer tortura incompatível com o espírito da civilização bizantina, que via na filantropia, isto é, na clemência, a principal virtude do imperador. Contudo, não houve contradição no episódio, pois aqueles que foram cegados pertenciam a uma “raça sem honra”. Em suma, as dificuldades do império levaram-no à prática de um “imperialismo defensivo” (Obolensky) e assim ao nacionalismo e mesmo ao racismo.

Naturalmente, esses elementos estruturais que acabamos de examinar estiveram presentes ao longo dos mais de onze séculos da vida política bizantina. Nas suas linhas gerais — pois não nos interessa descrever os inúmeros e muitas vezes confusos fatos que compuseram aquela história —, podemos dividi-la em três períodos. O Alto Império (330-610) foi a fase na qual Bizâncio ainda buscava sua própria identidade, deixando cada vez mais de ser apenas um apêndice oriental do Império Romano. À medida que o Ocidente mergulhava na crise que o levaria a ser invadido e dividido pelos bárbaros germânicos, Cons-

tantinopla tomava consciência de suas condições superiores comparativamente à velha capital. De fato, a localização comercial e estratégica da Nova Roma era sem dúvida melhor. Os territórios que a cercavam eram mais densamente povoados e ricos que os ocidentais. Ali estavam algumas das mais antigas civilizações do mundo, fornecendo uma base cultural muito mais sólida e refinada. A marinha daquelas regiões mantinha-se ativa, com o domínio do mar permitindo condições econômicas e militares que o Ocidente já havia perdido.

Em função disso tudo, aos poucos o Império Romano do Oriente foi ganhando feições cada vez mais gregas e menos latinas. Mas a ilusão de se manter a unidade mediterrânica não desapareceu. Foi assim que sob o reinado de Justiniano (527-565), Bizâncio envolveu-se numa longa e desgastante guerra procurando recuperar o norte da África ocupado pelos vândalos, a Itália dominada pelos ostrogodos e a Península Ibérica invadida pelos visigodos. O sucesso relativo destas campanhas custou caro a Bizâncio. Preocupado com o Ocidente, Justiniano descuidou-se do Oriente, onde os persas se reorganizavam depois de um período decadente e onde sobretudo os árabes começavam a despertar de longa letargia. Assim, no período seguinte, o Império Bizantino teria grandes perdas provocadas por esses povos. Internamente, as ambições justinianas também causaram problemas, por exemplo com a Sedição de Niké em 532. Preparando suas expedições ocidentais, aquele imperador elevou excessivamente os impostos,

gerando forte descontentamento popular. Certo dia durante os jogos realizados no Hipódromo, começou a revolta que se estendeu por toda Constantinopla e só a muito custo foi sufocada. Mas as realizações que fariam do reinado de Justiniano um dos mais importantes da história bizantina não estiveram na política, e sim na cultura, caso do *Corpus Juris Civilis* e da catedral de Santa Sofia.

O segundo período, conhecido por Médio Império (610-1204), correspondeu à mais longa fase, quando já consolidado Bizâncio alterou momentos difíceis com outros brilhantes. Dentre os primeiros esteve uma invasão persa que comoveu a opinião pública bizantina ao roubar de Jerusalém o mais importante símbolo cristão, a Cruz de Cristo. Vencidos os inimigos e recuperada a relíquia graças à energia do imperador Heráclio e seu novo sistema fiscal-militar dos *themas*, ocorreu nova invasão. Foi então a vez dos árabes, que além de arrancarem definitivamente a Síria (636) e o Egito (642) do império, chegaram às portas de Constantinopla que quase conquistaram. Superado esse grave perigo, pouco depois a questão político-religiosa do iconoclasmo (que examinamos no capítulo anterior) agitou o império por mais de um século.

Contudo, com o advento da dinastia Macedônica (867-1056), o Império Bizantino conheceria seu apogeu. Retomou-se a ofensiva contra os árabes, coroada pela reconquista de Creta e Chipre, que davam novamente a Bizâncio o controle sobre o Mediterrâneo. Em razão disso, o poder bizantino pôde ser

restaurado no sul do Itália. A Síria, perdida três séculos e meio antes, foi reconquistada, ainda que apenas parcial e temporariamente. O reino búlgaro recém-formado e que se revelava perigoso, foi completamente esmagado e colocado na órbita da influência bizantina. O mesmo aconteceu, por vias pacíficas, através da cristianização e da aculturação, com a Rússia. Baseada nesse extenso território, numa força militar respeitada, numa agricultura produtiva com suas pequenas propriedades, num comércio intenso, Constantinopla era a mais brilhante cidade do mundo. Correspondentemente, a produção cultural naquele período foi bastante rica.

Mas todo esse poder e prestígio afastara Bizâncio do Ocidente, o que culminou em 1054 com a separação das suas Igrejas, e em 1204 com uma traiçoeira ocupação de Constantinopla por parte dos cruzados, teoricamente aliados do império contra os muçulmanos. Desta forma, por mais de meio século os ocidentais dominaram a grande cidade e alguns outros territórios formando o Império Latino de Constantinopla (1204-1261). Os bizantinos organizaram então três Estados menores que reivindicavam a condição de herdeiros do verdadeiro império, que pretendiam reconstituir. Por fim, com a ajuda de Gênova, que não aceitava os benefícios que sua rival Veneza tirava do Império Latino, os bizantinos reconquistaram Constantinopla.

Mas no Baixo Império (1261-1453) que começava, Bizâncio não foi nem sombra daquele poderoso Estado do período anterior. Muitos territórios tinham

sido perdidos durante a ocupação latina e não havia mais condições de se recuperá-los. Os grandes proprietários rurais haviam-se fortalecido novamente, causando duplo prejuízo: econômico, pois suas terras trabalhadas por camponeses dependentes eram menos produtivas; político, ao escaparem das obrigações fiscais e militares. O comércio tornara-se uma atividade totalmente dominada pelos ocidentais, primeiro venezianos depois genoveses. Diante desse quadro, não é de surpreender que a outrora poderosa Constantinopla — praticamente tudo que restara do anteriormente extenso Império Bizantino — tenha caído em 1453 frente aos turcos. O império chegava ao fim, mas sua civilização continuou sobrevivendo em muitas regiões que dele tinham feito parte ou que tinham sentido a força de sua atração.

AS ESTRUTURAS ECONÔMICAS

Constantinopla foi, sem dúvida, o grande centro urbano da Europa Medieval. Todos que para ela fluíam espantavam-se com sua grandiosidade e riqueza. Um deles, ocidental, sobre ela dirá: "é uma grande cidade de negócios; os comerciantes chegam a ela de todos os países do mundo; excetuando Bagdá, não existe no universo cidade alguma que a ela se possa comparar". Durante muito tempo, a cidade não foi apenas a capital do Império Romano do Oriente, mas a capital da comunidade mediterrânica. Em seu porto, mercadorias de diversas procedências se aglomeravam e, para alguns, transmitiam apenas uma pálida idéia da riqueza do império. Porém, as maravilhas de que falam os cronistas em muito amplia o fascínio que a cidade exerce, escondendo atrás de um "aspecto inesgotável", um sistema econômico oscilante e muitas vezes dependente. Na verdade, sua riqueza era muito mais aparente que

real.

Toda esta prosperidade do império dependia, como tivemos oportunidade de examinar, de uma ampla administração, de uma ativa diplomacia e de uma poderosa força armada, que demandavam vastos recursos econômicos. Apesar da existência de grandes cidades, portos, indústrias e um pujante comércio, sua economia permanecia basicamente agrária. Maier calculou que as cidades participavam com apenas 5% das rendas imperiais e que se necessitava de dezenove pessoas trabalhando no campo para que apenas uma pudesse viver na cidade. Assim, a capacidade produtiva e tributária, responsável pela sua sobrevivência, residia sobretudo no campo. Diante deste quadro, percebe-se que o poder efetivo do império está em relação direta com as oscilações fronteiriças, com o vigor ou fraqueza relativa das grandes propriedades rurais em cada fase de sua história. Em consequência, elaborou-se um opressivo dirigismo econômico estatal, que restringia a iniciativa privada através de severas normas e o desenvolvimento de uma inevitável burocracia, uma das principais fontes de despesa do Estado.

Assim, o papel do Estado na economia foi decisivo em muitos momentos, ainda que não tenha existido uma doutrina econômica defendida por ele. Na verdade, a prática, a política econômica adotada era resultante da própria evolução histórica de Bizâncio. Esta foi marcada pela herança romana, daí, apesar da existência de um comércio importante em boa parte de sua história, o fundamental ter sido a agri-

cultura. Do século III veio o estatismo econômico, fórmula tentada para contornar a grave crise do fim do mundo antigo e que pôde ser facilmente assimilada por Bizâncio, pois seu nascimento se dera naquele contexto e porque, reforçando esta tendência, faziam parte de seu território os antigos reinos helenísticos, onde o dirigismo era antigo e estava enraizado na mentalidade.

Ainda que o objetivo desta política fosse mais fiscalista que protecionista, em alguns setores existiam monopólios estatais, especialmente naqueles considerados vitais. Pelo mesmo motivo, os artesãos e os comerciantes estavam reunidos em corporações rigidamente regulamentadas e supervisionadas pelo Estado. Contudo, o grau de intervenção imperial variou conforme as circunstâncias históricas, ainda que de maneira geral tenha prevalecido o papel do Estado como definidor das linhas de rumo da economia, fato perfeitamente aceito pelos bizantinos acostumados à sacralização da autoridade política. O resultado disso foi uma iniciativa privada extremamente limitada na medida que o Estado determinava as quantidades de mercadorias a serem vendidas, os preços, os salários, os lucros a serem obtidos. Uma consequência de extrema importância adveio desta política econômica: a aristocracia não podia investir na produção industrial, controlada pelo governo, nem tinha interesse em fazê-lo no comércio, onde os riscos eram grandes. Assim, voltou-se completamente para a agricultura. Esta íntima ligação da aristocracia com a terra provocou, como sabemos, importantes alte-

rações na estrutura política bizantina, debilitando-a.

No entanto, a prosperidade será, até o final do século XI, a grande marca do Império e de sua capital para todos que conheceram ou deles ouviram falar. Um francês do século X dirá que Constantinopla "é a glória da Grécia, sua riqueza é famosa e é ainda mais rica que sua fama". Muitos comerciantes chegavam a empreender seis meses de duras e perigosas viagens para lá venderem suas mercadorias e obterem as raras especiarias, os produtos de luxo tão decantados. A existência de uma moeda forte e estável, o *nomisma*, muito contribuía para a realização deste comércio internacional. Sedas, tecidos de linho, perfumes, jóias, objetos de marfim ricamente trabalhados, relicários, diversos tipos de especiarias; estas mercadorias e muitas outras estimulavam os comerciantes de diversas partes do mundo a se dirigirem para o império. Feiras realizadas em diversas de suas cidades, expunham mercadorias européias, islâmicas, persas, indianas e chinesas; em geral, elas coincidiam com as comemorações do "santo" local e promoviam grandes afluxos de traficantes locais e estrangeiros.

O artesanato do império muito contribuía para o sucesso destas "feiras" e deste comércio, destacando-se o de Constantinopla. Todos seus ramos, como já tivemos oportunidade de mencionar, estavam agrupados em corporações, regime que pretendia defender os trabalhadores do desemprego, garantir aos consumidores abundância de produtos de boa qualidade e a bom preço, combater a ociosidade e os ganhos exagerados, manter a reputação dos ar-

tigos industriais, principal fonte de exportação. Dirigindo cada corporação havia um presidente escolhido por seus membros, mas cujo nome deveria ter a aprovação do prefeito local. Para se ingressar em uma corporação, devia-se fazer um pedido ao prefeito apresentando uma petição com a assinatura de cinco membros que garantissem sua honorabilidade e sua aptidão profissional. Sendo dada a licença, pagava-se uma taxa variável conforme a corporação. O local de estabelecimento da oficina ou loja também era designado pelo prefeito, no bairro em que se agrupavam os profissionais do mesmo ramo. As matérias-primas e as mercadorias eram compradas segundo cotas fixadas por aquela autoridade, que ainda indicava os fornecedores. Toda mercadoria, antes de ser vendida, recebia uma estampilha do poder público.

Cada corporação tinha o monopólio de sua especialidade, que devia ser respeitada. A transgressão ao regulamento implicava a expulsão da corporação, confisco da propriedade ou multa em dinheiro, flagelos e corte do cabelo e da barba (atos humilhantes) e em casos graves o desterro ou a perda de uma das mãos. Tal sistema não incentivava as iniciativas pessoais, dificultando as inovações técnicas e impedindo grandes ganhos: Gérard Walter calculou em cerca de 17% o lucro sobre o preço de venda da mercadoria, sem se levar em conta as despesas gerais. O ritmo de produção era lento e a produtividade baixa em função da rígida regulamentação: por exemplo, cada ourives só podia comprar uma libra (459,5 gramas)

de ouro por vez, depois de provar ter utilizado a primeira.

Mas essa severidade não afetava apenas aos comerciantes locais. Todos os comerciantes que se dirigiam ao império tinham seus barcos revistados na entrada e na saída e suas mercadorias eram rigorosamente registradas. Limitava-se seu tempo de permanência, taxavam-se suas mercadorias e proibia-se a venda de determinados produtos que poderiam concorrer com similares produzidos pelo império. Também existiam certos artigos cuja venda estava proibida aos estrangeiros. Uma eficiente fiscalização aduaneira incumbia-se do cumprimento destas determinações; severas penas e humilhações prescreviam-se para os infratores. Enquanto durou sua preeminência mediterrânica, Bizâncio pôde reservar-se a cômoda posição de receber as mercadorias do estrangeiro sem importá-las e de deixar a cargo destes mesmos estrangeiros a venda de sua produção. A partir do final do século XI, todavia, sua supremacia financeira e comercial começará a sofrer a devastadora concorrência das cidades italianas.

Até então, três fatores se agregavam para privilegiar a prosperidade do Império. Em primeiro lugar a localização geográfica, pois era ponto de união entre a Europa e a Ásia. Em seu território desembocavam as principais rotas comerciais da época: as mercadorias do Extremo Oriente vindas pelo Oceano Índico e subindo o Nilo chegavam a Alexandria; atravessando a Pérsia pelo oásis da Sogdiana alcançavam a Síria; da Ásia Central pelo mar Cáspio atingiam o

mar Negro. Em segundo lugar, a existência de excelentes portos em seus territórios, como Alexandria, os portos da Síria, da Anatólia, da Grécia, do mar Negro e sobretudo Constantinopla. Esta dominava as ligações do Mediterrâneo com o mar Negro, era o ponto de encontro de pessoas e mercadorias de todas as procedências, era enfim "o grande empório em que se centralizava o comércio do mundo" (Diehl). Por último, a marinha bizantina com seu domínio sobre o Mediterrâneo permitia que os comerciantes da Síria, do Egito e da Ásia Menor, chamados genericamente de "sírios", pudessem manter relações com todos os territórios banhados por aquele mar.

O comércio com o Oriente levava a Bizâncio produtos de luxo, sobretudo especiarias e seda. No sul, os portos da Criméria comerciavam com os povos das estepes, levando-lhes produtos manufaturados da Síria e de Constantinopla e obtendo em troca peles, escravos e provavelmente âmbar. Com as tribos do Cáucaso trocava-se trigo, vinho e sal por peles de carneiros. Para o Ocidente os "sírios" levavam produtos orientais, estabelecendo-se em colônias nas principais cidades daquela região. Em Roma a colônia síria era tão poderosa e prestigiosa que de 686 a 752 apenas um papa não foi de origem grega ou síria. Refletindo tal situação, a influência cultural bizantina sobre a Itália daquela época foi marcante. Também na Gália havia muitas e prósperas colônias sírias, como em Marselha e Narbone. As relações comerciais com os "sírios" estendiam-se mesmo até a Inglaterra.

Contudo, os historiadores discutem muito sobre a continuidade ou não desse comércio após o século VIII. De um ponto de vista, as conquistas árabes que no século VII tiraram o Egito e a Síria do império não chegaram a interromper o comércio dos "sírios", o que teria ocorrido com o domínio muçulmano da Espanha, no século VIII, e a pirataria dos dois séculos seguintes. De outro ponto de vista, o fato de os "sírios" terem desaparecido do mundo ocidental não significou um corte com aquela região, pois as relações continuaram através dos gregos e dos judeus. De qualquer forma, o fim do domínio bizantino sobre o Egito e a Síria representou a perda de dois terminais de rotas que traziam para Bizâncio produtos orientais. Procurou-se então intensificar a terceira rota, que desembocava no mar Negro. Assim, o comércio bizantino precisou mudar de orientação — via Itália para com o Ocidente, via mar Negro para com o Oriente — com a expansão muçulmana, mas não declinou.

Sua decadência viria apenas no século XII, dominado desde então pelos italianos, que colhiam seus resultados. Já em 922 os venezianos recebiam de Basílio I liberdade de comércio no porto de Constantinopla, pagando uma taxa inferior à de outros estrangeiros. A verdadeira penetração latina, porém, começou mais tarde, quando precisando de ajuda contra os normandos, Bizâncio chamou os venezianos, também temerosos de um crescente poder por parte daqueles. Assim, em 1082 Veneza recebia isenção total de taxas alfandegárias, um bairro em Constan-

tinopla e liberdade de trânsito em todo império com exceção do mar Negro. Mas para contrabalançar a crescente influência dos venezianos, Bizâncio precisou no começo do século XII conceder privilégios comerciais a Pisa. Como isso não se revelou suficiente, também os genoveses receberam vantagens para fazer frente ao poderio veneziano. Mas tudo que Bizâncio conseguiu com essa política foi transferir para seu próprio território a rivalidade e as guerras que opunham Veneza e Gênova. O império tornava-se "o teatro e a vítima" (Diehl) daquelas disputas comerciais.

De fato, foi procurando apossar-se definitivamente e com exclusividade do comércio bizantino, que Veneza soube explorar as divergências político-religiosas entre Ocidente e Bizâncio de forma a fazer a Quarta Cruzada trabalhar a seu favor. Desta maneira, é que se estabeleceu o Império Latino de Constantinopla (1204-1261), que beneficiou fundamentalmente os interesses mercantis venezianos. Por causa disso, Gênova ajudou a reconstituição do Império Bizantino, que em troca lhe entregava praticamente o domínio sobre seu comércio. Chegou-se mesmo a cobrar uma taxa de todos os navios não genoveses — inclusive bizantinos — que se dirigissem ao mar Negro. Bizâncio perdera o controle sobre seus próprios territórios. Portanto, à hegemonia econômica veneziana no Império Bizantino seguia-se a hegemonia genovesa.

Um cronista bizantino lamentava-se dizendo que "os latinos aumentavam continuamente seus be-

nefícios e seu poderio no mar; os gregos se debilitavam progressivamente, e cada dia somava uma desgraça a mais às calamidades dos dias anteriores". Paralelo ao declínio do comércio exterior e conseqüente à economia urbana, o triunfo da grande propriedade não só rompia o equilíbrio entre a cidade e o campo como levava a aristocracia a cobrar sua decisiva participação nas estruturas do império. Os grupos sociais intermediários, que nas cidades e no campo permitiram durante bom tempo uma fonte de ingressos essencial para a fazenda do império e possibilitaram a estabilidade do Estado, estavam agora esfacelados. Os grandes proprietários que sempre se opuseram ao rígido centralismo e intervencionismo estatal, em sua luta pelo poder, acabaram — juntamente com o declínio comercial e financeiro — comprometendo de forma irreversível a capacidade de sobrevivência do Império. Mas observemos sua evolução ao longo da existência de Bizâncio.

A história agrária bizantina pode ser dividida em três fases: até o século VII a estrutura da agricultura romana foi mantida; daquele momento ao século X, graças a uma mudança no regime de propriedade da terra, defendendo-se o pequeno proprietário, alcançou-se a maior produtividade agrícola da história do império; no último período, encerrado com o fim do Estado bizantino no século XV, os grandes domínios reapareceram e passaram a predominar.

Na primeira fase, como aliás ao longo de toda a história bizantina, as necessidades fiscais do Estado

é que determinaram as condições da agricultura. Assim, o sistema tributário criado para fazer frente aos problemas do século III continuou a ser empregado, ligando o indivíduo à terra. Sem condições de satisfazer as necessidades do Estado no que dizia respeito aos impostos, a população rural colocava-se sob a proteção de um senhor poderoso, oferecendo-lhe suas terras e seu serviço. Ainda que legalmente livres, estes camponeses perdiam sua liberdade de movimento tornando-se servos. Surgiam desta forma grandes proprietários, donos de imensas riquezas e de poder, como o caso da família dos Apion, no Egito, que nos séculos V, VI e VII tinha em suas mãos extensos territórios, um corpo de funcionários para administrá-los, prisões, sistema próprio de pesos e medidas, um serviço de transportes particular para ligar suas terras, um regime específico de arrecadação de impostos. Enfim, um verdadeiro Estado dentro do Estado.

No século VII, porém, o poder dessa aristocracia diminuiu devido às invasões eslavas, ávaras, persas e árabes, que devastavam a terra, destruíam as colheitas, escravizavam a população. A grande propriedade, no entanto, não desapareceu. Mas o fato significativo desse período foi a reforma empreendida pelo imperador Heráclio (610-641). Este criou, como vimos, os *themas*, províncias militarizadas cujas tropas recebiam terras que deveriam cultivar. O filho primogênito de um soldado herdava os deveres militares do pai e os outros filhos tornavam-se camponeses livres. Assim, a tributação anterior era substi-

tuída por um imposto *per capita* e outro sobre a terra, sem a necessidade de sujeitar o contribuinte ao solo. No caso das terras que escapavam a essa reforma, cada aldeia devia um imposto global, que era dividido entre as propriedades individuais. Os membros da aldeia respondiam solidariamente ao pagamento do imposto, pois se um camponês não pagasse sua parte o vizinho era obrigado a fazê-lo, mas ganhando o direito de usufruto sobre aquela terra. Tal sistema era conhecido por *allelengyon*.

Tanto num caso como noutro a vida quotidiana do camponês bizantino não era fácil, geralmente morando numa cabana bastante simples, trabalhando com recursos precários e extremamente dependentes das condições naturais, vítima do banditismo endêmico em certas regiões e de invasões estrangeiras em outra. A produtividade agrícola, ainda que superior à do Ocidente da mesma época, não permitia grandes excedentes. A criação era muito importante, sobretudo na Ásia Menor, com o gado sendo o principal bem do camponês e a medida de sua riqueza pessoal. Em função disso, a carne era pouco consumida, pois implicava abater o animal, mas o leite e seus derivados eram bastante utilizados. A caça, porém, permitia ao camponês o consumo de carne de tempos em tempos. A pesca complementava sua alimentação com mais freqüência.

Tal situação tornou-se mais difícil desde o século X com a desintegração das comunidades camponesas livres. Como o sistema *allelengyon* forçava a emigração daqueles que não conseguiam pagar os

impostos, muitas terras passavam para as mãos do Estado. Este não as explorava diretamente, vendendo-as, arrendando-as ou concedendo-as, de forma que acabavam por cair sob domínio dos grandes proprietários. Não surpreende assim que o crescente poder da aristocracia a tenha levado a ocupar o trono com Nicéforo Focas, que em 967 anulava certos direitos anteriormente dados aos camponeses. Mudando a estrutura das terras militares, tirando-lhes o caráter de pequena propriedade, alterou-se a própria composição do exército bizantino, desde então formado pela pequena nobreza.

A última tentativa de enfrentar o poder dos grandes proprietários veio com Basílio II, que em 996 revogava a legislação de compras feitas pelos latifundiários há alguns anos. No entanto, sua mais importante determinação foi atribuir o pagamento do *allengyon* aos grandes proprietários, ação de duplo efeito ao dar maior segurança ao tesouro (já que muitas vezes o pagamento ultrapassava a capacidade dos camponeses) e ao debilitar politicamente os aristocratas. Porém, com a morte desse imperador, aquele sistema tributário foi abolido e passou-se a arrendar os impostos. As leis que protegiam os pequenos proprietários foram deixadas de lado. A grande propriedade vencera, ainda que em vários locais tenham continuado a existir camponeses não dependentes.

De qualquer forma, a unidade produtiva básica continuou a ser o latifúndio num dos seus três tipos: terras da Coroa, de nobres e das igrejas e mosteiros.

O primeiro compunha-se de propriedades privadas da família imperial e de domínios estatais, em princípio diferentes mas na prática uma coisa só, pois o imperador dispunha de ambas. Estas terras estavam dispersas por todo território em grandes e pequenas parcelas, variando sua extensão total já que frequentemente faziam-se concessões e incorporações. As terras da Igreja cresciam de forma constante graças às doações feitas por todas as camadas sociais e à proibição de se vender terras de instituições religiosas. Contudo, as propriedades que mais cresciam eram as dos nobres, tomando terras de camponeses, soldados e mesmo, como administradores, dos domínios alienáveis da Igreja.

Assim reuniram-se as forças que levariam o império à dissolução. Perdendo o controle sobre suas principais fontes de renda — o imposto territorial e as taxas alfandegárias — o Estado viu-se obrigado a desvalorizar a moeda. O *nomisma* que por séculos fora o instrumento de troca preferido no comércio internacional da época, desde o século XI era cunhado cada vez com menor quantidade de ouro. Se desta maneira o Estado obtinha recursos imediatos, pagando os credores com moeda fraca, a médio prazo perdia, pois recebia os impostos nesta mesma moeda desvalorizada. Assim, o luxo da corte, a contratação de mercenários, a custosa diplomacia, as numerosas isenções concedidas à nobreza e ao clero levavam novas e constantes desvalorizações, agravando a situação financeira. Enquanto no começo do século XIII um ocidental deslumbrado com Constan-

tinopla falava do ouro, prata, pedras preciosas, peles, tecidos finos "e de todas as coisas caras como jamais foram encontradas noutra local", um século depois, no casamento de um imperador, a comida foi servida em vasilhas de louça e de estanho, nos trajes imperiais havia contas coloridas em lugar de pedras preciosas, o diadema era de couro. E concluía o cronista bizantino que nos dá essa informação, "faço esse relato com verdadeira vergonha".



Seda damasqueada com grifos alados, séc. XI. Tesouro da Catedral de Santo Estêvão, Saens.



AS ESTRUTURAS SOCIAIS

A conturbada existência de onze séculos do Império Romano do Oriente acarretou inúmeras peculiaridades e características que, em meio a eles comuns, elaboraram sua personalidade. Mesmo uma delimitação geográfica do mundo bizantino torna-se uma tarefa árdua. A cada momento de sua história, retrocessos e expansões alteram-lhe constantemente as feições. Uma multiplicidade de povos, raças, línguas e credos ora instalam-se sob suas fronteiras, ora as fazem recuar. Constantinopla se pretendia a capital de um império greco-cristão, mas os seus habitantes verdadeiramente gregos constituem uma magra parcela da população. Tal complexidade nos impõe a tarefa de encontrar alguns eixos onde possamos identificar e compreender alguns dos traços mais comuns e mais gerais de sua personalidade.

Ser "bizantino" não implica uma "nacionalidade". Os estrangeiros de Constantinopla, já em sua

segunda geração eram considerados “romanos de origem” (Walter). Para tanto, bastava que falasse o grego e fosse ortodoxo. Em virtude da grande flutuação de suas fronteiras, seria difícil uma existência tão prolongada sem esta elasticidade de sua cidadania. Eslavos, búlgaros, georgianos, armênios, persas, russos, normandos, gregos, italianos, anglo-saxões e outros confundiam-se em meio à instabilidade das feições do império. Estas geralmente encontravam um freio a oeste no Adriático; ao norte, a linha tradicional do Danúbio e do mar Negro; ao sul, primeiramente o Egito e depois Creta, sempre disputada pelos árabes. No oriente, Síria, Palestina, Anatólia, Georgia e Armênia formavam uma linha sempre muito apagada e indecisa. Mas mesmo os limites geográficos não definem uma “área bizantina”, já que eram completamente extravasados pela diplomacia da Roma Oriental. Muitos são os povos a render tributos à sua civilização, incluindo até os “inimigos íntimos”. Geralmente, quando derrotada pela força das armas, Bizâncio ressurgia vitoriosa pela força das idéias; a renascença é disto o mais clássico dos exemplos.

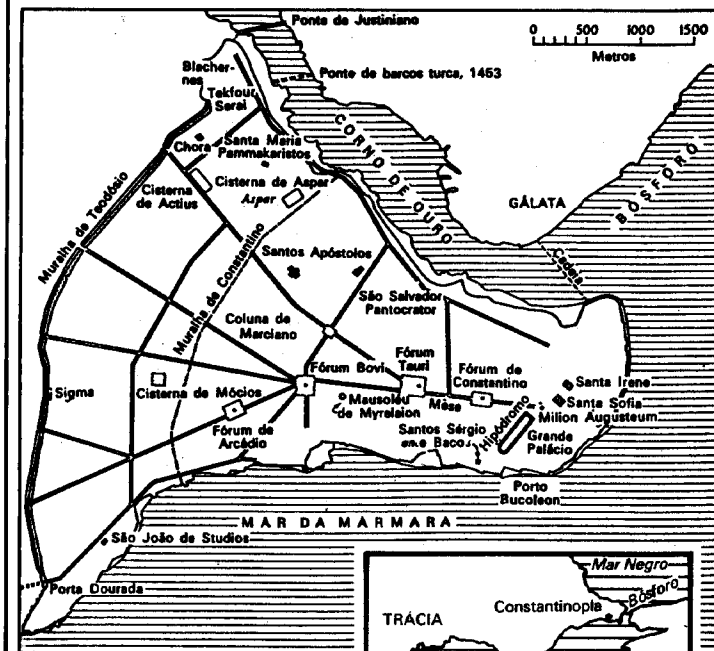
Uma exceção a esta ampla cidadania era a nação judaica. O impedimento à sua assimilação decorria, obviamente, de problemas religiosos. Se a princípio gozavam de direitos, à medida que o império foi adquirindo suas características cristãs-ortodoxas, passavam a sofrer restrições. Em Constantinopla, sua perseguição principia-se logo, já com Teodósio II (408-450). Nunca foram muito numerosos na capital, mas

estiveram continuamente sujeitos a violências, quase sempre instiladas pela Igreja. Tal intolerância, de certa forma, era justificável para um bizantino; pois no império, “a ortodoxia tomava o lugar da nacionalidade” (Diehl). A sua manutenção material muitas vezes cobrava atitudes extremas: deslocavam-se populações inteiras, construíam-se fortalezas fronteiriças, realizavam-se campanhas contra tribos ou povos insubmissos. A estes procedimentos, reunia-se a tentativas de assimilação onde tinham papel destacado a língua grega e a ortodoxia religiosa para assegurar a unidade em meio ao redemoinho das migrações.

A religião ocupava um lugar de destaque na vida da população do império e, em especial, de sua capital. O sobrenatural tinha um destacado papel no cotidiano: problemas políticos ou sociais acabavam por tomar feições religiosas; as festas quase sempre eram religiosas; até mesmo o comércio carregava símbolos religiosos. Tal fervor era agravado pelas constantes tensões que passava o império. Portanto, não causa espanto as rivalidades que eventualmente afloravam entre suas principais cidades. Constantinopla necessita combater a rivalidade de grandes centros como Alexandria e Antioquia. Algumas contingências auxiliam a vitória de Bizâncio: Alexandria é arrebatada pelos árabes e Antioquia declina por razões comerciais. Outras cidades, vitimadas pelas reformas administrativas — em especial a instalação do sistema de *themas* — transformavam-se em capitais de províncias, pequenos bispados ou centros

das comunidades rurais. Só Roma Oriental guardou a situação de grande centro urbano. Com o grande cisma de 1054, liberou-se de Roma e tornou-se a grande capital espiritual do Oriente.

Até a sua conquista pelos latinos da Quarta Cruzada (1204), a população de Constantinopla situava-se ao redor de um milhão de habitantes, decaindo a seguir para menos de cem mil em 1453. Sua população esparramava-se pelas circunscrições administrativas ou *Demos*, bairros onde estabeleciam suas diferentes facções. Estas eram quatro a princípio (Vermelhos, Verdes, Brancos e Azuis), mas logo reduziram-se a duas: os Verdes e os Azuis. Tal assimilação denotava que adquiriram cunho bem mais amplo que o de meras “associações desportivas”. Possuíam feições econômicas, político-religiosas, atribuições civis e militares. Isto explica a grande importância de que se revestiram nos inícios no império. Assim, os *Azuis* eram aristocratas e ortodoxos, enquanto os *Verdes* eram populares e de ortodoxia duvidosa. Sua história nos primeiros trezentos anos do império é pontilhada de violências, rebeliões e verdadeiras “guerras civis”. Muitos imperadores aproveitaram-se deste antagonismo, ora favorecendo a um ora a outro. No entanto, às vezes os Azuis e Verdes uniam-se e se tornavam extremamente perigosos, como no caso da Revolta de Niké (532). O Hipódromo era seu palco para reivindicações e comícios. Nele, uma querela religiosa, uma questão política, alterações de leis ou costumes, dava vazão às sedições e massacres que, por vezes, estendiam-se por toda a



Planta de Constantinopla.

cidade.

A importância dos partidos não deve, todavia, ser exagerada. Apesar de suas raízes populares, os *Demos* tinham sido criados pelos imperadores. Seus núcleos eram numericamente pequenos e titulados, tendo-se a impressão de amplos "partidos de massa" por atraírem às suas órbitas grande parte da população, passando-os à dependência dos Verdes ou Azuis. Se no início a política antagônica era mantida e às vezes insuflada pelos imperadores, vê-se nisto uma tentativa de desvio das tensões populares que poderiam chegar a ameaçar o *Autocrator Basileus* (Rei Autocrata, o Imperador) e seu trono, como no caso de Niké. Destarte, a afirmação do poder imperial desvenda, já no século VII, o pequeno número de Verdes e Azuis detendo privilégios e cargos na administração imperial. Diversas reformas asseguram sua completa transformação. Os partidos dos *Demos* seguiram organizando os jogos circenses e formando corporações, mas seus organismos muitas vezes tornam-se puramente nominiais. Chegaram a formar o núcleo da guarda palaciana e da guarda da cidade, constituindo o exército imperial em oposição ao exército provincial.

Entretanto, os caminhos de ascensão social para os membros dos *Demos* não estavam vedados. Mesmo um escravo, fosse rural ou urbano, poderia utilizar seu tempo disponível em trabalhos remunerados, através dos quais acabava por comprar sua liberdade. Quebrara-se a paralisia social típica dos primeiros tempos do império. A busca de recursos

monetários por parte do Estado tornou mais elástica a ascensão a certas dignidades, desenvolvendo ao lado de uma hierarquia burocrática, uma hierarquia de títulos, abertamente vendidos e constantemente ampliados. A riqueza monetária democratizou as fileiras da aristocracia. Além da compra de um título, uma outra forma de ascensão muito utilizada era a castração. Bizâncio era "o paraíso dos eunucos" (Runciman). A impossibilidade de sua hereditarização nos cargos os tornava atraentes aos olhos do Estado. Desenvolveu-se uma grande burocracia de eunucos, poderosa arma imperial contra a tendência de "enfeudação" dos cargos, sempre presente na nobreza hereditária.

O comércio bizantino valorizava os ganhos monetários estigmatizados no Ocidente, dinamizando a estrutura social. O Estado, através de monopólios, fábricas e regulamentações, figurava entre os grandes comerciantes. Por vezes, até mesmo a Igreja tornava-se uma "agência de financiamentos". A existência destes mecanismos de ascensão e dinamização social permitiram a composição de um "grupo intermediário". Este grupo social e a existência de uma "burocracia estéril" possibilitam, durante longo tempo, uma maior independência do Estado e a estabilidade de suas instituições.

O extenso período de agitações e flutuações fronteiriças vivido pelo império permitira uma supremacia da cidade sobre o meio rural. Até a segunda metade do século IX, a terra, fonte primária do poder social dos "poderosos" (nobreza), mantivera

um valor duvidoso, instigando a aristocracia territorial buscar sua manutenção nos altos cargos burocráticos, militares ou eclesiásticos. Mas esta mesma terra continuara a exercer poderosos estímulos. Muitos militares destacados continuaram a receber recompensas territoriais; a Igreja expandia seu movimento monástico somando propriedades. Lenta, mas continuamente, imunidades iam corroendo o fisco e destruindo sua base com o gradativo desaparecimento dos pequenos proprietários livres. A ascensão de eunucos à administração em grande número começava a articular o posterior conflito entre a Burocracia e a Aristocracia militar e latifundiária. Um período de estabilidade na política externa deflagrou o conflito e o meio rural cobrou sua decisiva participação nas estruturas do império.

No século VII, o sistema de *Themas* erradicou a obra dos imperadores do Baixo Império. Tinha origem o *Estratiota* ou “camponês-soldado”, nova base militar e fiscal de Bizâncio. Ligava-se o serviço militar à posse gratuita de terras. Assemelhava-se à principal função do “feudo ocidental”, mas o *estratiota* não prestava juramento e dependia diretamente do Estado. Os *themas* pretendiam dar ao império a independência das tropas mercenárias, estabelecer um exército sempre apto para a ação e, simultaneamente, fortalecer os ingressos da fazenda pública ampliando o número de pessoas tributáveis. É necessário lembrar que a “posse gratuita” da terra não eximia o camponês-soldado do imposto territorial. Além destas vantagens, a multiplicação das pequenas

propriedades enfraquecia a aristocracia em relação à sociedade e ao Estado. Unia-se o poder civil ao militar e pagava-se com moedas aos Estrategos (generais) das principais e mais estratégicas províncias, evitando-se a acumulação imobiliária.

Todavia, a autonomia que certas províncias gozavam aliada aos problemas e querelas sucessórias, discussões teológicas, crises e pestes somaram-se para fragilizar o sistema. Chefes militares, apesar de diversas regulamentações em contrário, passaram a comprar terras. Originava-se uma nova aristocracia latifundiária e militar. Alguns camponeses, incritos nas listas tributárias e que se arruinaram, fugiam ou encomendavam-se a estes grandes proprietários. Cresceram os latifúndios comprometendo-se o fisco imperial e a defesa do império. Enquanto persistiram os perigos externos, a Roma Oriental permaneceu coesa e funcional em suas estruturas. Bastou que Bizâncio vivesse um período de relativa paz para que seus elementos desagregadores emergissem. Rompeu-se o tênue fio que o sustentava. Como diz Vryonis “o desequilíbrio entre a espada e a pena, isto é, entre os militares e os burocratas, é a primeira causa do colapso do Império Bizantino”.

Este conflito não poderia ter ocorrido em momento pior. De todos os lados, novos perigos abriam os horizontes do império. Temendo a ação dos militares, os burocratas empreenderam um sistema pelo qual o indivíduo vinculado a um “bem militar” — pequenas propriedades dos *themas* — poderia ser licenciado do serviço ativo em troca de um

resgate monetário. O exército enfraquecia-se e se retomava o expediente da contratação dos mercenários. A tudo isto ainda somavam-se as isenções fiscais dadas à Igreja que em muito ampliara seus territórios através do monasticismo.

À falência do sistema *themático* seguiu-se o desenvolvimento da *Pronóia*, em especial a partir dos Comnenos (1081-1185). A origem da *pronóia* remonta a um antigo costume da república romana: ceder lotes de terras, a título de recompensa, a soldados que se destacavam a seu serviço. A ele transferiam-se os direitos sobre as pessoas que habitavam ou cultivavam aquela terra; também o de receber os impostos antes pagos ao fisco. A idéia que presidia a retomada da *pronóia* era a de associar os proprietários aos destinos do império, além de reorganizar o exército. Aos seus beneficiários impunham-se precisas obrigações militares e o dever de recrutar soldados entre seus dependentes. Mas ao final do império, tais obrigações militares também já eram resgatáveis por uma taxa, o que incrementa a contratação de mercenários. Sem dúvida, a *pronóia* assemelha-se aos *senhorios* do Ocidente medieval. Porém, é necessário considerar que a *pronóia*, apesar de muitas vezes hereditária, era uma concessão Estatal, não implicava a prestação de um "juramento contratural" e sequer era permitido ao seu possuidor aliená-la ou dividi-la. Em consequência, não era um *feudo*.

A expansão do sistema de *pronóias* tornou a situação do camponês bizantino bem semelhante à de

seu parceiro ocidental. Na origem do império, devido às reformas de Diocleciano, encontravam-se fixados às terras e divididos juridicamente em servos e livres. Os primeiros estavam presos à terra de forma definitiva; os segundos, ligados apenas por um contrato de arrendamento. Ao terminá-lo, teriam direito a abandonar a propriedade. Na verdade, poucos o faziam. O Estado procurava não incentivar mudanças que lhe afetasse o abastecimento ou a tributação. A prática permitia uma certa mobilidade: a existência de um herdeiro — geralmente o primogênito — que legasse o trabalho e os impostos que cabiam à terra, liberava os demais para outras profissões. Para os servos, esta liberação também era possível, dependendo apenas da boa vontade do seu senhor. Com o tempo, aglomeraram-se em aldeias ou comunidades rurais. O fisco disto aproveitou-se, passando a taxar as comunidades que se tornavam responsáveis pela ausência — qualquer que fosse o motivo — no pagamento de algum de seus membros.

A reorganização destas comunidades rurais efetua-se com o estabelecimento do sistema *themático*. O Estado passou a fornecer um lote de terra ao camponês em troca da obrigação militar, como já tivemos oportunidade de mencionar. Alguns destes camponeses-soldados cumpriam à risca o acordo; outros às vezes contratavam "terceiros" para realizar sua tarefa militar. Cria-se também o hábito de se contratar auxiliares para as tarefas agrícolas; sobre eles, o camponês-soldado exerce apenas uma autoridade econômica.

A crise dos *themata* ampliou o regime de dependências e fortaleceu novamente os grandes proprietários. As comunidades rurais perderam sua força e a pequena propriedade declina. O camponês instala-se de forma hereditária nas grandes propriedades, pagando taxas e prestando serviços ao detentor legal das terras. Vivem em aldeias pertencentes ao senhorio e às suas obrigações para com o grande proprietário, somam-se as devidas ao Estado. Este "dualismo tributário" articula uma luta entre o Estado e os grandes proprietários laicos e eclesiásticos por imunidades e o seu ônus recai sobre o camponês. Muitos livram-se das "dependências" e passam a viver sem domicílio fixo e de trabalhos esparsos. Tais camponeses muitas vezes não são considerados pelo fisco imperial em virtude de sua "não-fixação". Sua situação já provocou inúmeras discussões entre renomados bizantinistas: para alguns, ele teria desaparecido com os Comnenos e a ampliação da *pronoia*; para outros, prosseguiu existindo. Juridicamente, o camponês instalado na grande propriedade ocupava uma posição semelhante à do colono no final da antiguidade e o não fixado era até mesmo considerado legalmente inexistente.

O conflito entre os grandes proprietários rurais e o Estado, que domina toda a história de Bizâncio nos últimos séculos, reflete, em última instância, um conflito mais amplo, entre a cidade e o campo, entre a mobilidade e a imobilidade social. Entremendo o conflito, a Igreja, seus mosteiros, seu poder condutor em um império altamente religioso, busca sua inde-

pendência frente à autocracia imperial, contribuindo para o jogo de interesses, para as lutas sociais. O elemento econômico, baseando as estruturas do conflito social, agudiza-se frente à irregularidade fronteiriça, frente à questão agrária, à assimilação de novas nacionalidades e etnias através apenas da língua grega e da ortodoxia. Neste império multi-racial onde a legitimidade do imperador depende da aclamação social, sem questionamentos à sua origem e formação, tudo impele à constituição destas forças centrífugas. E o derrotado é o Império.



AS ESTRUTURAS CULTURAIS

Como o leitor pôde constatar ao longo dos capítulos anteriores, trata-se de uma tarefa extremamente difícil tentar, em poucas palavras, resumir o “mosaico” — sem trocadilho — que constitui a civilização bizantina. No momento em que principiávamos a redação deste capítulo, veio-nos à mente uma anedota que o folclore guardou a respeito de uma frase do ilustre ex-general e na época presidente francês De Gaulle, que teria dito: “é extremamente difícil governar um país com tantos tipos e marcas de queijo”!

Guardadas as devidas proporções e temporalidade, de repente nos víamos diante de uma civilização britânica em sua tradição e seu conservadorismo; polonesa em sua fé; grega em suas especulações e ironia; italiana em sua sensibilidade e emotividade; espanhola em seus excessos; corsa em sua suscetibilidade...! A lista poderia estender-se muito mais e

apenas teríamos raspado o verniz que lustra a civilização bizantina.

Assim, qualquer tentativa de “rotulação” está fadada ao fracasso. Dizer que se trata de um prolongamento do mundo romano é uma simplificação que sequer se aproxima da verdade. Tentar encontrar na civilização bizantina a “Grécia Clássica” é um esforço que obtém sucesso parcial, em especial no que diz respeito à educação da elite e das camadas médias; também nos diversos “renascimentos” vividos por esta civilização. No entanto, esta detecção comprova apenas uma “tradição”, uma sobrevivência; a simples menção de “renascimentos” já lhe rouba a primazia. Também já exclui a possibilidade de uma vitória incontestada dos elementos do Oriente ou da civilização helenística. Adendos islâmicos — árabes ou turcos —, armênios, iranianos, eslavos, búlgaros, normandos, anatólicos, etc., somam-se na composição do “mosaico bizantino”.

O “mundo romano”, que tanto sucesso tivera com relação às terras do Ocidente, não teve êxito na propagação de sua civilização latina nas localidades por onde passara Alexandre, o Grande. Aí a civilização helenística encontrava-se enraizada profundamente; mas são as exceções que comprovam este fato; o monofisismo e a iconoclastia, em especial, tornam claros os separatismos, individualismos e tradições culturais. “A síntese, apesar de suas diferentes raízes, continua sendo um elemento decisivo na evolução de Bizâncio” (Maier).

Durante muito tempo se atribuiu a Bizâncio, em

razão do forte conservadorismo presente em suas estruturas, um papel de mero compilador, sem originalidade ou criatividade. Muitas vezes, os próprios bizantinos contribuíram para esta falsa idéia. Basta para tanto citarmos o célebre João Damasceno que já dizia: “nada direi que venha de mim mesmo”. O peso da tradição romana do Baixo Império, a influência sempre presente da Grécia clássica e helenística, a ortodoxia religiosa com verdades definitivas e transcendentes, etc., de fato contribuem para um forte tradicionalismo e conservadorismo arraigado em sua sociedade. Em grande parte, a sobrevivência do Império se fez por este gosto ao rigor tradicionalista, superando crises, sobrevivendo aos caprichos de alguns déspotas e observando com profunda desconfiança os reformadores.

Esta “pintura” realmente nos deixa tentados a simplificar sua civilização, rotulando-a como estática e simples reprodutora de velhos modelos. Porém, uma análise mais atenta facilmente a destrói. A própria verificação de sua evolução histórica, de sua longevidade, atesta a presença de elementos de transformação, de mudanças. Reformas como as de Heráclio, dos Isáurios — apenas para citar alguns — comprovam a maleabilidade e a capacidade de adaptação do império. A contínua flutuação das fronteiras, os diversos contatos com outros povos e civilizações, crises profundas, implicaram amplas mudanças estruturais, buscas constantes de novas soluções para novos problemas. Esta nova “tela” sobre a qual deitamos nossos olhos explicita a idéia de que, na ver-

dade, tradição e mudança coexistindo simultaneamente, compõem a dinâmica da civilização bizantina. A síntese destas duas fortes tendências cimentam a originalidade de Bizâncio.

As transformações político-administrativas e as medidas econômicas do Baixo Império Romano construíram seus alicerces. Sua estrutura se forjará após árdua luta pela supremacia de Constantinopla frente a outros baluartes do helenismo, como Alexandria e Antioquia. O cristianismo triunfante assume e incorpora a tradição clássica, determinando o estilo do novo edifício e imprimindo-lhe um formato especial e original. A língua grega será o cimento que lhe promoverá, junto à ortodoxia, a unidade. Por fim, o acabamento será realizado pelos influxos do oriente persa e posteriormente do Islão.

É claro que, apesar de vitorioso, o cristianismo não provocou grandes alterações na formação educacional do homem bizantino. O ensino religioso processava-se paralelamente ao laico e era efetuado por um clérigo. A Igreja não se opunha — com raras exceções — ao ensino dos literatos pagãos. Os professores laicos poderiam ser “particulares”, pertencentes a uma Universidade ou Escola; uma única exigência começou a tornar-se clara com Justiniano: todos os professores universitários deveriam ser cristãos. Tal exigência era possível não apenas pelo próprio caráter do bizantino, como pelo fato de o Estado subvencioná-los.

O outono marcava o final das “férias escolares” e estudava-se quase sem interrupções significativas

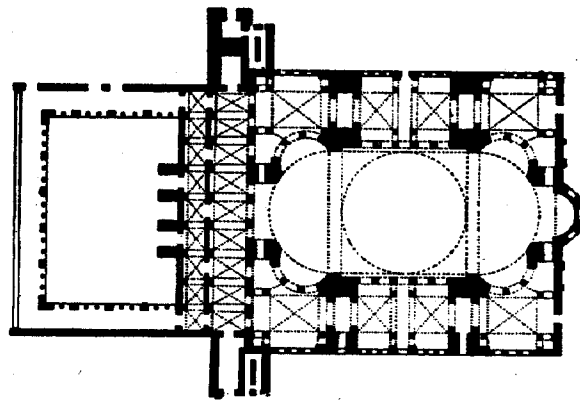
até o verão seguinte. O estudo principiava-se logo aos cinco ou seis anos, quando o aluno era levado aos primeiros contatos com as letras. A seguir, dedicava-se à gramática, que incluía declinações, conjugações, sintaxe e o contato com os clássicos, destacando-se Homero. A retórica sucedia à gramática, corrigindo-se a pronúncia e dedicando-se a autores como Demóstenes e Heródoto. O estudo caseiro era tradicionalmente acompanhado por um pedagogo. Entre os dezoito e vinte anos passava-se às universidades e ao início do estudo da filosofia e conhecimentos gerais de matemática, geometria, música e astronomia.

A filosofia sempre representou uma grande paixão na vida do bizantino, mas era difícil livrar-se da sujeição eclesiástica. No século XI a universidade de Constantinopla retomou e reconstituiu Platão. O neoplatonismo revivido por Psellos prosseguiu de forma contínua, às vezes sob desconfiança da Igreja e do Estado, até a última dinastia do império. Nestes tempos, até o escolasticismo ocidental passou a integrar os estudos de filosofia. A teologia prosseguiu uma ciência à parte devido às suas grandes sutilezas, não havendo grandes destaques entre os laicos. A matemática pouco ultrapassou a Grécia antiga e, apenas com as contribuições árabes, ganhou um novo impulso. Também na geometria e na astronomia permaneceram os "gregos da antiguidade". Da música, pouco permaneceu além dos magníficos hinos e algumas melodias populares.

Outras matérias também poderiam ser acrescentadas. Em termos de língua, o latim após Justiniano



Ícone bilateral. Anunciação, séc. XVI. Museu Nacional, Skopje, Iugoslávia.



Planta da Igreja de Santa Sofia, Constantinopla.

somente era empregado em cunhagens e em citações. O grego merecia todas as atenções, excetuando-se o estudo da poesia clássica, que exigia uma pronúncia ática antiga, distante da corrente no império. As demais “não eram dignas de erudição” (Runciman). A medicina pouco progrediu após Hipócrates; a geografia progredia em termos de cartografia, mas permaneciam discussões a respeito da planicidade do planeta. Na química, apesar do “fogo grego”, não existiram progressos. A mecânica, além dos animais que rodeavam o trono para, movimentando-se e rugindo, impressionar os visitantes, realizou progressos em função da engenharia.

A arquitetura traz grandes transformações. Sua maior glória espelha-se em Santa Sofia, a Igreja da Sagrada Sabedoria. Construída entre 532 e 537 por Antêmio de Trales e Isidoro de Mileto, ostenta uma cúpula de 32 metros de diâmetro e 60 de altura, criando a impressão de estar suspensa no ar. Reunia a forma da basílica da arte primitiva cristã, a técnica retangular trazida do oriente e que possibilitava a distribuição da pressão da cúpula e a forma cruciforme que desenvolviam os arquitetos cristãos. Justiniano, maravilhado com a obra, agradecia a Deus que lhe achou “digno de completar tão grande obra e ultrapassar o próprio Salomão”. Diehl vai mais além em seu deslumbramento: “Notre Dame de Paris, por muito notável que seja, tem monumentos que a igualam. São Pedro de Roma tem um pouco de falta de originalidade e só é cristã por aquilo a que se destina; Santa Sofia, ao contrário, é única e, ao mesmo tem-

po, marca o aparecimento de um novo estilo, e marca igualmente o apogeu deste estilo”. Na verdade, os progressos da arquitetura bizantina não cessaram em Santa Sofia, como muito pode-se observar na posterior arquitetura religiosa, bastando para tanto citar os mosteiros de Hosios Lucas do século X e o de Dafni do século XI. A respeito da arquitetura profana, infelizmente pouquíssima coisa resta, além de ruínas e descrições. Mas pode-se imaginá-la pelas maravilhas que se contam, por exemplo, do Palácio Imperial, que resumia influências arquitetônicas pela somatória de dependências construídas cumulativamente. Pelo Hipódromo, que junto com Santa Sofia e o Palácio, formavam a “trindade” arquitetônica de Constantinopla.

Por sua vez, o Direito após Justiniano ressentiu-se do declínio do latim e do ensino entre os séculos VII e IX. Em 1045 Constantino IX funda a escola de Direito obrigando todos os advogados com pretensões a exercer a profissão de freqüentá-la, demonstrando claramente o quanto o autodidatismo havia feito decair seu conhecimento. O *Corpus Juris Civilis* havia permanecido em vigor até a publicação da *Écloga* de Leão Isaurio em 739, introduzindo princípios cristãos no Direito. Mas os Isáurios, como sabemos, levam o estigma da iconoclastia. Portanto, com os Macedônios, publica-se a *Basílica* de Leão VI — que não destrói a obra dos Isáurios —, último código promulgado. O Direito Canônico bizantino tem sua compilação na *Syntagma* e uma obra publicada a respeito do assunto, a *Exegesis Canonum*, de 1175.

Pela data e pelo último título, percebe-se que neste campo o latim prosseguia sendo estudado e utilizado. Os contatos mais intensos entre Ocidente e Oriente também provocaram uma maior vulgarização do latim.

A literatura, como já mencionamos, inaugurava os estudos do bizantino e primava-se pelos autores clássicos. Esta admiração exagerada é, em grande parte, responsável pela ausência de uma espontaneidade, da elaboração de um vernáculo próprio, de uma força criadora. Permanece grega e erudita, arcaica, imitativa e artificial. A literatura teológica, uma das grandes paixões do império-cristão, é um dos poucos ramos que escapa a esta letargia. As constantes discussões, as heresias, fazem proliferar páginas e mais páginas em defesa da ortodoxia. Também a convivência com minorias judaicas, com o islamismo, a tornaram profficua. O pensamento grego uniu-se ao cristão e diversas obras adaptaram os filósofos gregos em defesa da religião. Porém, a partir do século IX, também a teologia encontrou-se prisioneira do "passado cristão". As "verdades" já estavam expostas pelos teólogos antigos e desconfiava-se das idéias originais a ponto de João Damasceno proferir sua já citada frase: "nada direi que venha de mim mesmo". O desconhecimento e mesmo "desprezo" pelo trabalho teológico do Ocidente protelou a tradução e o conhecimento de um Santo Agostinho ou um São Tomás de Aquino, que lhes poderia renovar e mesmo encetar um novo diálogo entre as Igrejas cismáticas.

O dogmatismo e o rebuscamento retórico fizeram malograr as hagiografias — vidas de santos —, tão populares na tradição oral do Ocidente e, somente nos hinos sacros, manteve-se uma força criativa. Neles, ironicamente, destacam-se o diádoco Romano (judeu convertido) e o próprio João Damasceno, sírio e místico. O objetivismo e a didática levam ao fracasso as tentativas de poemas líricos; os grandes amores e paixões são desterrados à épica popular. A história, porém, salvará a literatura sendo uma de suas mais notáveis contribuições. Ela já era detentora de grande tradição clássica e contava com nomes de peso, como Heródoto e Tucídides entre outros. Já no século VI encontramos Procópio e sua *História Secreta*. Depois dele, diversos autores do gênero adquirem importância e destaque, como Niceitas, Constantino VII, Ana Comneno, Ducas, etc. Esta foi uma tradição que jamais morreu. Chega mesmo a ser surpreendente, em muitos autores que estudam a história do próprio império, de seus amigos e inimigos, a imparcialidade, como no caso de Nicetas Acominiato que escreveu sobre a queda de Constantinopla em 1204. Primavam-se pela correção nas observações, na documentação de que se muniam, na objetividade com que abordavam seus temas, o que permite até perdoar certas parciaisidades que podemos mesmo considerar "naturais".

Grande parte do sucesso deste gênero da literatura bizantina deve-se à concessão que fizeram seus autores à língua corrente; também o interesse que a história despertava na população, chegando a equi-

parar-se às discussões teológicas. A participação e o interesse popular contribuem para o surgimento das Crônicas, de temas amplos e variados e que abrangem desde a história da Grécia ou de Roma até as proezas de um Alexandre Magno e adaptações de contos orientais com vestimentas cristãs. A literatura, através das Crônicas, deixava a preocupação erudita e o refinamento retórico dos salões, ganhando as ruas e readquirindo força e originalidade. Ela nos brinda com obras como *Barlaão e Josafá* e a poesia épica de *Digenis Akritas* que se iguala e, segundo a opinião de alguns, supera qualquer outra canção de gesta.

Ligada ao gênero “história”, as biografias se ativeram mais aos temas hagiográficos e foram engolidas pela literatura teológica. As autobiografias foram muito raras. Manuais descritivos de Constantinopla, manuais militares, administrativos e obras enciclopédicas — algumas de grande valor — completam este rápido quadro da literatura bizantina. Afora a história, a crônica e o início da literatura teológica, Bizâncio reservou-se o papel de preservadora minuciosa da tradição e da filosofia clássica.

Após a conquista de Constantinopla pela Quarta Cruzada em 1204, pouco se conhece da posterior organização do ensino, ressaltando-se o fato de que, ao menos, a retomada dos estudos clássicos e a inserção dos conhecimentos ocidentais são extremamente revigoradas sob os Paleólogos. É o contraste com o declínio material do império que rumo, de forma irreversível, para sua conquista pelos Otomanos.

A coexistência da tradição com a mudança, elo dinâmico da Roma Oriental, encontra uma de suas sínteses mais completas nas artes. Santa Sofia, a Igreja da Sagrada Sabedoria, é um de seus mais belos exemplos. A arte bizantina é sobretudo religiosa, “mas nem por isso cristã” (Runciman). O império carrega uma multiplicidade de fontes e soube adaptar-se sem prejuízo de suas bases clássicas. O sopro inovador provém do Oriente com sua arte mais direta, mais mística, rompendo ou adaptando a fluidez e a naturalidade da arte helênica. A complicada e detalhista pompa romana cede seu lugar a uma pompa mais simples, porém mais íntima do persa. Este maior misticismo e simplicidade — sem sacrifício da pompa — vem diretamente aos interesses da Igreja, recentemente aceita pelo império e logo seu braço direito. O império terrestre deveria refletir os esplendores do “celeste”, buscando uma grandeza transcendente e inacessível. Logo, a frontalidade procura assumir o papel de indutora da espiritualidade, com imagens rígidas, rodeadas por anjos e com as dignidades centrais geralmente inexpressivas e, portanto, intocáveis. Em geral, obedecem o ritual da corte e ganham a magnificência dos mosaicos que possibilitam grandes efeitos sem perder a simplicidade e obviedade, mas também sem prejuízo da suntuosidade. A arte religiosa avança sobre temas como a Paixão de Cristo; a iconografia sobre Cristo, a Virgem e os Profetas; a temática profana sobre os triunfos imperiais.

A nova arte deste primeiro período áureo dota-

se de um solene esplendor, profundo significado e de uma simplicidade deliberada. A influência oriental, através da clareza de objetos e intenções, triunfara. Mas a sobrevivência da delicadeza e sofisticação clássica é garantida através das miniaturas e ilustrações ou iluminuras que, por vezes, inspiravam os mosaicos; também nos retratos, que cobravam maior fidelidade de traços. A estatuária tornou-se mais rara, pois não era apreciada pelos cristãos nem pelos orientais, mas sobreviveu nos baixos relevos. No geral, a escultura sobreviverá mais como arte decorativa.

O período que se segue ao governo de Justiniano (527-565) é extremamente conturbado por perigos externos. A necessidade de defesa do império interrompe o incentivo material em grande escala às artes. O Islã expande-se e, internamente, a querela iconoclasta (726-842) assola a Roma Oriental. Na verdade, não houve repúdio à arte de forma generalizada, mas a um tipo específico de arte: as de conteúdo religioso. De certa forma, o período pode até mesmo ser entendido como uma retomada do "primitivismo" cristão, avesso à idolatria. Não ocorre uma paralisação das artes; antes disto, significou uma retomada do profano, do naturalismo e do realismo, o distanciamento do frontalismo. Cenas decorativas recuperam os movimentos humanos; retomam-se os temas heróicos do helenismo e floresce a arte ornamental. A iconografia permaneceu viva dentro dos mosteiros e obteve o respaldo popular. Desta época saem os elementos que elaboraram a segunda idade de ouro da arte bizantina.

A vitória das imagens acarretou a consagração do tradicionalismo sacro e o surgimento de um neohelenismo. O colorido do mármore no exterior e interior dos edifícios confere a parte oriental deste período. Cores, movimento, ornamentação, refinamento. A arte profana triunfa e invade a arte religiosa através de seu classicismo e de seu realismo, dando o tom em que se fixará definitivamente a iconografia. A ortodoxia vence na decoração das Igrejas.

A conquista latina de Constantinopla provocou a dispersão, mas não a interrupção da evolução artística. A pobreza do império restaurado impele ao declínio os grandes mosaicos; retomam-se os afrescos, revigorando os clássicos. Os contatos com o Ocidente latino incrementam as trocas de influências; na verdade, Bizâncio mais cede que recebe. Tais contatos foram constantes durante toda a Idade Média. Um exemplo típico é a própria Itália em que Bizâncio, pelo menos até o século XI, exerceu poderosos influxos. Seu prestígio no Ocidente sempre possibilitou a contratação de artífices, técnicos, etc. para a execução de obras consideradas difíceis. As relações comerciais, apesar dos períodos de declínio, nunca cessaram. Muitos peregrinos que se dirigiam para Jerusalém passavam por Constantinopla; também lá se estabeleciam comerciantes ocidentais; embaixadas visitavam Bizâncio. Tais dados comprovam a existência de um fluxo, em contrapartida, que saía do Ocidente rumo ao Oriente.

Em diversos momentos, a influência bizantina esteve presente no Ocidente. A Igreja de São Vital de

Ravena serve de inspiração para a construção da de Aix-la-Chapelle por Carlos Magno; a Igreja de São Marcos de Veneza tem seu modelo na Igreja dos Santos Apóstolos em Constantinopla. Na Alemanha, ilustrações riquíssimas atestam a influência bizantina. No entanto, também é certo, como nos fala Diehl, que a "arte do oriente contribuiu para despertar nos artistas do Ocidente a consciência de suas próprias qualidades; e mediante a influência de outras correntes e tradições, muitos deles se emanciparam".

A escola de Bolonha revive o Direito de Justiniano e auxilia o crescimento do poder das monarquias frente ao da Igreja e dos senhores feudais. Apesar do constante atrito entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente, é em João Damasceno que Pedro Lombardo e São Tomás de Aquino se inspiram. Platão retomará o Ocidente graças ao renascimento do estudo de suas obras pela Universidade de Constantinopla. Também dos humanistas bizantinos se retomará no Ocidente o estudo dos clássicos.

Ocidente e Oriente lhe serão grandes tributários. No Ocidente, a civilização da renascença; no Império Turco-Otomano, a adaptação de suas formas político-administrativas às do antigo Império Bizantino, enquanto a Igreja Ortodoxa conserva viva a civilização da Roma Oriental. Entre búlgaros e eslavos, a diplomacia conseguiu preservar os rituais da corte; era entre eles, motivo de orgulho lembrar de ancestrais familiares da nobreza bizantina. Também entre eles, a Igreja Ortodoxa será a mantenedora das tra-

dições de Constantinopla. Desnecessário seria comentar a respeito das influências de Bizâncio sobre a Rússia; para tanto, bastaria lembrar a existência da igreja de Santa Sofia de Kiev.

Desta forma, o Império Bizantino sobreviveu; à gradativa redução das fronteiras territoriais, corresponderá uma expansão paralela das fronteiras intelectuais, artísticas e culturais. Em sua vida, Bizâncio soube conciliar elementos tão contraditórios como a tradição e a mudança. Pois foi essa mesma capacidade sempre presente em sua civilização que lhe colheu uma última vitória diante de seu declínio iminente: a imortalidade.



Mosaico. Juízo Final, séc. XII. Catedral de Torcello, Itália.

O LEGADO DE BIZÂNCIO

Pelo que acabamos de ver, o essencial do caráter do Império Bizantino já estava delineado desde seu nascimento. Isto é, quando o imperador romano Constantino deu liberdade de culto aos cristãos (313) e alguns anos depois (330) fundou uma nova capital em território há muito helenizado, reuniu definitivamente os três componentes históricos de Bizâncio: a tradição helenística, a tradição romana, a tradição cristã. De fato, como mostrou Norman Baynes, o Império Bizantino de maneira geral era grego, e bastante consciente disso, na língua, literatura, teologia e culto, mas romano no direito, organização militar, diplomacia, política fiscal, concepção de supremacia do Estado. Daí aquele historiador afirmar que “a fusão das duas tradições é o Império Bizantino”.

Contudo, é indispensável acrescentar a essa análise o cristianismo, que apesar de dever muito às civilizações pagãs da Grécia e de Roma, era fundamen-

talmente diverso delas. Ou seja, a tradição cristã tinha sua personalidade, não podendo ser considerada como apenas um apêndice da cultura clássica. Assim, sendo uma entidade histórica própria mas profundamente ligada àquelas outras duas, o cristianismo cumpriu o papel de intermediação, de ligação, de articulação, entre elas. Noutros termos, modificando a proposição de Baynes, o Império Bizantino foi a fusão da tradição helenística com a tradição romana realizada através do cristianismo.

Por isso mesmo, Bizâncio se diferenciava do Ocidente onde a tradição helenística era fraca e os elementos latinos e germânicos é que foram fundidos pelo cristianismo para formar o que se chama de civilização ocidental cristã. Também por isso, diferenciava-se do mundo muçulmano, no qual a tradição helenística misturou-se à árabe-persa através da religião islâmica. Percebe-se assim que Bizâncio estava mais aparentado ao Ocidente e ao Islã do que estes dois entre si. Mundo intermediário entre aquelas duas sociedades, inclusive geograficamente, Bizâncio pôde exercer poderosa influência sobre elas. O Ocidente, já vimos, deve-lhe vários pontos de apoio de seu progresso cultural e material. Quanto ao Islã, já se disse que “sem Bizâncio, os árabes teriam ficado o que eram na época de Maomé, semibárbaros” (Diehl).

No entanto, os grandes beneficiados pelo papel histórico civilizador do Império Bizantino foram os povos eslavos da Europa Oriental. Eles foram cristianizados por missionários bizantinos e junto com a

religião puderam receber noções de governo, princípios de direito, elementos de cultura intelectual e artística. O próprio alfabeto eslavo, incorporado definitivamente à vida daqueles povos desde o século IX, foi um instrumento criado por monges bizantinos para iniciá-los no cristianismo e na civilização. Assim nasceram os reinos da Sérvia e da Croácia (que unidos formariam no século XX a Iugoslávia), da Bulgária, da Rússia. A Hungria, apesar de cristianizada no catolicismo romano, e a Romênia, formada em fins da Idade Média, não deixaram de sentir profundamente a presença da cultura bizantina, que absorveram em vários aspectos.

Em razão disso tudo, o desaparecimento do Império Bizantino diante dos turcos não pôs fim à sua civilização. A Rússia, que entrara em sua órbita de influência no século X, proclamou-se sua herdeira e continuadora, adotando o mesmo símbolo imperial da água bicéfala, a mesma autocracia que fazia o czar (isto é, "césar") ser visto como vice-rei de Deus, a mesma religiosidade ardente e missionária que reuniu várias nacionalidades sob o Império da Santa Rússia. Enfim, Moscou era, declaradamente, a sucessora de Constantinopla, como essa o fora de Roma, daí a célebre fórmula "Moscou, a terceira Roma". Nesse papel de Nova Constantinopla, Moscou e seus czares quase sempre revelaram a mesma desconfiança em relação ao Ocidente que seus antepassados bizantinos. Daí seu imperialismo justificado pelo fato de se ver como defensora da ortodoxia e, como único e legítimo Estado Universal, ter feito a Rússia do sé-

culo XVI ao XX voltar-se para os Balcãs e para Constantinopla, pretendendo restaurar o Império Bizantino. Pelo caminho da longa duração histórica, essa visão e essa prática políticas enraizaram-se na mentalidade, constituindo uma psicologia coletiva que fundamentalmente não se alterou com as mudanças ideológicas implantadas com a formação do Estado Soviético.

Também nos Balcãs o revivescimento nacionalista do século XIX na sua luta contra o domínio turco fundamentou-se no passado bizantino. Para gregos, sérvios, búlgaros, romenos, a identidade histórico-cultural apesar de quinhentos anos de ocupação estrangeira fora preservada através da Igreja Ortodoxa, ponto de apoio básico para a independência daquelas nações. Porém, reverso da medalha, as guerras em que os novos países então se envolveram (e que contribuiriam para a eclosão da Primeira Guerra Mundial) baseavam-se nas conflitantes pretensões que cada um deles tinha de se apossar da herança bizantina. Em suma, se para a Europa Ocidental o Império Bizantino foi uma importante fonte de inspiração cultural até seu desaparecimento, a Europa Oriental na língua, na cultura, na religião, na política, continua a sentir de forma viva a presença de Bizâncio.

CONCLUSÃO

Onze séculos de História. Através deste longo período, Bizâncio conheceu dezenas de imperadores, de patriarcas, de santos, de heresias, de guerras, de momentos economicamente prósperos, de crises agrícolas e comerciais. Mas como a crônica detalhada dessa rica história é de interesse apenas dos especialistas, preferimos nesse pequeno livro privilegiar o estrutural sobre o conjuntural, o essencial sobre o circunstancial. Desta forma, importou-nos mais passar ao leitor *o que* foi o Império Bizantino, do que *como* ele levou sua vida milenar. Contudo, como foi dito na Introdução, para isso não basta só conhecer as diversas estruturas do império, é preciso também ver como elas se articulavam, como elas interagem. Isso, porém, requereria muitas páginas mais, e é chegado o momento de concluirmos.

Assim, depois de termos apresentado as diversas peças que compuseram Bizâncio, convidamos o lei-

tor, como num jogo, ao exercício de encontrar as inúmeras junções possíveis entre aquelas várias partes. O resultado será, completado o quebra-cabeças, uma visão global do Império Bizantino. Relembremos apenas, para encaminhar a reflexão, que tendo sido formado no contexto da crise do velho Império Romano, Bizâncio desde seus primeiros momentos agarrou-se a dois elementos que garantissem sua sobrevivência psicológica e política: o cristianismo e a autocracia. Por isso, havia uma visão religiosa da política (Império=Reino dos Céus na Terra; imperador=vice-Deus, etc.) e uma visão política da religião (hereges=traidores; submissão de outros povos=salvação de suas almas pela cristianização, etc.). Daí, como vimos, as relações entre imperador e patriarca serem muito próximas, por isso mesmo nem sempre fáceis.

Essa interpenetração do espiritual e do temporal naturalmente refletia-se em todos os setores. A economia, como sabemos, era fortemente supervisionada pelo Estado, e assim as flutuações de poder deste ocasionavam constantes instabilidades na agricultura (ora predominando o latifúndio, ora a pequena propriedade), no comércio (crescente fortalecimento dos interesses estrangeiros), na moeda (desvalorizações para o imperador obter recursos). Na sociedade, o papel de cada camada variava de acordo com os interesses político-econômicos do Estado num certo momento e das condições de suas relações com a Igreja naquele mesmo momento: foi o que aconteceu, como já examinamos, com os monges ou com

certos grupos nacionais. A produção cultural, por sua vez, sempre partindo de base helenístico-romanas, estava condicionada no seu espírito pela Igreja, na sua utilização pela Igreja e pelo Estado, na sua forma pelas condições econômicas da época.

Caro leitor:

As opiniões expressas neste livro são as do autor, podem não ser as suas. Caso você ache que vale a pena escrever um outro livro sobre o mesmo tema, nós estamos dispostos a estudar sua publicação com o mesmo título como "segunda visão".



INDICAÇÕES PARA LEITURA

A bibliografia sobre a civilização bizantina é bastante farta, obrigando-nos a fazer apenas umas poucas indicações, selecionadas de acordo com os objetivos deste livro, isto é, que possibilitem um primeiro contato com o tema. Facilitando essa tarefa felizmente existem algumas obras, introdutórias mas importantes, já traduzidas para o português. Também procurando tornar essas indicações bibliográficas mais acessíveis, citamos sempre que existentes traduções em língua espanhola.

Quanto às obras mais gerais, que desenvolvem todos os assuntos abordados aqui, lembremos: N. Baynes, *El imperio bizantino*. Mexico, Fondo de Cultura Económico, 1966; L. Brehier, *El mundo bizantino*. 3v. Mexico, Uteha, 1955-1956; C. Diehl, *Grandeza y servidumbre de Bizancio*. Madrid, Espasa-Calpe, 1963; C. Diehl, *Os grandes problemas da história bizantina*. S. Paulo, Edameris, 1961; A. Ducellier, *Les byzantins*. Paris, Seuil, 1963; J. M. Hussey, *The Byzantine Empire*. 2v. Cambridge, Cambridge University Press, 1966 (tomo 4 da *The Cambridge Medieval History*); J. M. Hussey, *The Byzantine World*. Nova Iorque, Harper and Row, 1961 (resumo mais acessível do anterior); P. Lemerle, *Histoire de Byzance*. Paris, PUF, 1969; F. G. Maier et alii, *Bizancio*. Madrid, Siglo XXI, 1974; G. Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*. Oxford, Oxford University Press, 1956; S. Runciman, *A civilização bizantina*. Rio, Zahar, 1961; D. Talbot Rice, *Os bizantinos*. Lisboa, Verbo,

1970; A. A. Vasiliev, *História del Imperio Bizantino*. 2v. Barcelona, Joaquín Gil, 1946; S. Vryonis, *Bizâncio e Europa*. Lisboa, Verbo, s/d.

Para as estruturas políticas, pode-se consultar H. Ahrweiler, *L'ideologie politique de l'empire byzantin*. Paris, PUF, 1975; S. Runciman, *A teocracia bizantina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Para as religiosas, O. Clement, *L'Eglise Orthodoxe*. Paris, PUF, 1965; J. Meyendorff, *Initiation a la théologie byzantine*. Paris, Cerf, 1975; B. Sartorius, *Igreja Ortodoxa*. Lisboa, Verbo, 1982; N. Zernov, *O cristianismo oriental*. Lisboa, Arcadia, 1972. Para as econômicas, H. Franco Jr., uma interpretação da economia bizantina *Revista de História* 111, 1977 p. 19-49; G. Ostrogorsky, "Agrarian conditions in the Byzantine Empire in the Middle Ages". *The Cambridge Economic History of Europe*. Vol. 1. Cambridge, Cambridge University Press, 1971 p. 205-234; C. Verlinden, *L'esclavage dans l'Europe médiévale*. Vol. 2. Gent, Rijksuniversiteit te Gent, 1977.

Para as estruturas sociais, C. Diehl, *Figures byzantines*. Paris, Armand Colin, 1920; G. Walter, *A vida quotidiana em Bizâncio no século dos Comnenos, 1081-1180*. Lisboa, Livros do Brasil, s/d; P. A. Yannopoulos, *La société profane dans l'Empire Byzantin des VII, VIII et IX siècles*. Louvain, Université de Louvain, 1975. Para as culturais, E. Kitzinger, *The art of Byzantium and the Medieval West*. Bloomington, Indiana University Press, 1976; S. Runciman, *The last Byzantine Renaissance*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970; H. Stern, *L'art byzantin*. Paris, PUF, 1966; B. Tatakis, *Filosofia bizantina*. Buenos Aires, Sudamerica, 1952; J. Théodoridès, A ciência bizantina. In R. Taton, (dir.) *História geral das ciências*. 12v. S. Paulo, Difel, 1959, vol. 3, p. 77-88.

Por fim, para uma aproximação com trabalhos mais recentes e mais específicos — como aliás em outras áreas da historiografia —, o melhor é a consulta às revistas especializadas. No nosso caso destacam-se três *Byzantinische Zeitschrift*. Munique, 1892 ss.; *Byzantion. Revue internationale des études byzantines*. Bruxelas, 1924 ss.; *Revue des Études Byzantines*. Bucareste, 1943-1948 e Paris, 1949 ss.



Sobre os Autores

Hilário Franco Junior: Sou doutor em História Medieval pela USP, professor da UNESP, autor de *As Cruzadas* e de *O Feudalismo*, ambos nesta mesma coleção, e co-autor (com Paulo Chacon) de *História Econômica Geral e do Brasil* (Atlas, 1980). Especialista em História Medieval, e membro da The Medieval Academy of America. Atualmente pesquisa temas sobre a mentalidade ocidental dos séculos XI-XIII.

Ruy de Oliveira Andrade Filho: Sou graduado em História pela Universidade de São Paulo, encaminhando atualmente meus estudos pós-graduados em Península Ibérica visigótica. Também sou professor do Curso Universitário.

Ao primeiro autor coube a elaboração da Introdução, dos dois capítulos iniciais (As estruturas religiosas; As estruturas políticas), de O legado de Bizâncio, da Conclusão e da Bibliografia. Ao segundo, os demais capítulos: As estruturas econômicas, As estruturas sociais, As estruturas culturais. A concepção final deste pequeno livro é de ambos.

